ENSAIOS CRÍTICOS 2025

MANUEL SOUSA JUNIOR

SOTERO PROSA

ENSAIOS CRÍTICOS 2025

MANUEL SOUSA JUNIOR

SOTERO PROSA

Salvador-BA
2026

Copyright © 2026 by Manuel Sousa Junior

Conselho Editorial Soteroprosa:

Me. Jacqueline Gama - UFBA
Dra. Valéria Pilão - UTFPR
Me. Nieissa Pereira - UNIRB
Dr. Alan Rangel Barbosa - UNEB
Dr. Everton Nery Carneiro - UNEB
Me. Carlos Henrique Cardoso

Diagramação e capa: Santiago Fontoura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sousa Junior, Manuel
Ensaios críticos 2025 / Manuel Sousa Junior.
1. ed. Salvador-BA : Editora Soteroprosa, 2026.

Bibliografia.

ISBN 978-65-979298-0-1
1. Ciência política 2. Ensaios brasileiros
3. Feminicídio 4. Racismo - Aspectos sociais
I. Título.

26-329978.3 CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:
1. Ensaios brasileiros : Sociologia 306.43
Suelen Silva Araújo Oliveira - Bibliotecária - CRB-8/11482

O conteúdo é de responsabilidade do autor.

DIREITOS RESERVADOS
É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil
2026

Aos Soteros, como chamamos carinhosamente
cada integrante do Soteroprosa.

Agradecimentos

Inicialmente agradeço aos colegas colunistas do Soteroprosa, pelas discussões e aprendizados que trocamos continuamente para levar reflexões à sociedade.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa Identidade e Diferença na Educação da UNISC, pelas trocas realizadas nas discussões sobre temas relevantes, fundamentais para meu amadurecimento intelectual.

Gratidão à minha família, sobretudo, meu marido, Jadir Gargur; minha filha, Luísa, e minha mãe, além dos meus amigos e minhas amigas pela compreensão de minha ausência em diversos momentos em que precisei ficar estudando e debruçado nas leituras e páginas da minha tese de doutorado e nas produções acadêmica e intelectual que consegui realizar nesses anos.

Meus seguidores do perfil @debateracialpolitico, os leitores dos meus livros autorais e organizados, bem como a rede de pesquisadores e pesquisadoras em relações étnico-raciais desenvolvida ao longo dos últimos anos, que também merecem minha gratidão pelas trocas realizadas continuamente.

Obrigado a cada leitor que chegar neste livro, que ele sirva como inspiração para que cada vez mais pesquisas abordem os temas que tangenciam esta obra e que nos fazem pensar e refletir sobre as relações humanas.

Sumário

Prefácio.....10

Apresentação.....14

Capítulo 1
40 anos de Axé Music: muita resistência e muito racismo.....19

Capítulo 2
Somente a educação liberta!.....27

Capítulo 3
***O conto de Aia*: uma distopia cada vez mais real.....33**

Capítulo 4
Como conversar com crianças sobre racismo e diversidade.....45

Capítulo 5
Você já ouviu falar em eugenia?.....48

Capítulo 6
Por que os Estados Unidos se metem em tudo?.....58

Capítulo 7
Arte em foco: a redenção de Cam.....66

Capítulo 8
Racismo no Brasil: estamos progredindo ou regredindo?.....73

Capítulo 9
Você sabe o que é genocídio?.....82

Capítulo 10
Crimes televisionados: da presidência à condenação.....90

Capítulo 11
O desserviço de *Vale Tudo* com a adoção no Brasil.....97

Capítulo 12
Ladrão que rouba ladrão: o roubo no Louvre.....101

Capítulo 13
Que cidade maravilhosa é essa? Necropolítica e massacre no RJ.....106

Capítulo 14
Entenda de quem é a responsabilidade pela segurança pública.....114

Capítulo 15
Existem raças humanas?.....122

Capítulo 16
Feminicídio e misoginia são epidemias no Brasil! Até quando?.....129

Capítulo 17
Arte em foco: um jantar brasileiro.....137

Capítulo 18
Qual é a sina de Ofélia?.....147

Considerações finais.....153

Educar é um ato político, sobretudo quando significa romper com as narrativas que naturalizam a desigualdade e silenciam a violência.

Prefácio

Meu encontro com Manuel foi singular. Eu o vi adentrar o Coletivo do Portal Soteroprosa junto a outras pessoas que também acompanhei. Mas, de imediato, percebi que ele não era apenas mais um na multidão. Seja pela força de seus textos, seja pelo engajamento nos debates internos, o professor Manuel chegou com grandeza e altivez, sem meias palavras ou falsa modéstia. Essa postura conquistou rapidamente minha admiração; afinal, são poucas as pessoas que se mostram na vida como realmente são, sem desculpas ou rodeios.

Nos encontros presenciais do grupo, tive oportunidade graciosa de lidar diretamente com sua personalidade doce e amigável, além de testemunhar sua paternidade linda e carinhosa. Também vi em Manuel mais do que um participante do grupo. Havia o olhar atento às necessidades coletivas e a busca constante por boas soluções. Sendo espaço composto por voluntários, enfrentamos o desafio diário de construir atividades ajustadas à nossa realidade. Manuel entendeu o recado e deu conta disso com muito profissionalismo.

Estava diante de um escritor que atua, de um atuante que escreve.

Essa energia impulsionadora chega de forma ativa nos textos, seja pela sagacidade em interligar temas, pela destreza pedagógica em explicar conceitos essenciais ou a transparência histórica ao reconhecer os fatos em seu devido lugar temporal. O conteúdo de Manuel revela o olhar de um brasileiro sobre muitos Brasis que nos atravessam. O Brasil da injustiça, da corrupção e da falácia política. O Brasil da arte, da cultura e da resistência. O Brasil da educação e da transformação social. Ele conduz as palavras para escancarar nossas feridas e, ao mesmo tempo, alimentar espaços de cura.

Estar em contato com tal conhecimento é mérito também de muitos Manuéis que nele habitam: Manuel professor, Manuel político, Manuel escritor, Manuel pai, Manuel historiador. São facetas que tornam seu conteúdo rico e admirável, sem meias palavras ou opiniões descabidas. Ele entrega o debate com a densidade dos estudos e a vivência do conhecimento. O escritor não deixa passar o tempo da história acontecendo na vida real. Como historiador nato, caminha ao lado dos fatos e

os retrata sem letras miúdas. Por isso, é sempre possível encontrar em seus textos a alta temperatura do momento, porém temperada pelos bons indicadores do conhecimento.

Por se situar na atualidade, Manuel e seus debates chegam com força ao universo online pelas redes sociais. Ele encontra vozes que o acompanham ou que dele destoam. Atualiza as conversas, encaminha as ideias e participa da história a ferro e fogo. Os vídeos dialogam com seus textos; por isso, indico fortemente que se acompanhem as conversas promovidas em seu espaço virtual no Instagram @debateracialepolitico. Nada ali é por acaso. Tudo ressoa com sua escrita, aprofunda as ideias e lança mais luz sobre o conhecimento crítico da sociedade.

Quando vejo Manuel e tudo o que ele produz, da fala à escrita, do autoral ao comportamental, concluo que ele é uma chama firme e intensa do conhecimento que não deseja passar despercebida neste mundo. Ele se entrega às palavras com o desejo genuíno de transformar a realidade brasileira. Une passado e presente, como todo bom historiador, mas com uma escrita que não depende das salas de aula. Ele vai ao encontro do leitor, escava

sua realidade, apresenta estudos e análises e entrega, de forma direta, caminhos possíveis para a transformação da sociedade.

Viva Manuel!

Karla Fontoura
Diretora executiva do Portal Soteroprosa

Apresentação

O Portal Soteroprosa teve início em julho de 2017. Surgiu da confluência de pessoas com formações, pensamentos e opiniões diferentes, nem sempre convergentes, na construção de um projeto em comum. Um grupo de amigos uniu-se em torno de uma proposta: criar um espaço voltado para reflexão, conhecimento e entretenimento, abarcando o maior número possível de pessoas, com o objetivo de suscitar o debate sobre diversos temas, sem perder a universalidade. O portal mantém-se atento às novas formas de produzir conteúdo, incluindo as novas mídias.

Atualmente, o Soteroprosa é um dos maiores e mais antigos portais independentes de textos críticos contemporâneos de Salvador. Até 2025, foram publicados mais de 1.500 textos. Apenas em 2024, o portal registrou mais de 32 mil leitores e uma média de 1.000 acessos diários. O grupo conta atualmente com 13 colunistas, que se revezam ao longo da semana na publicação de seus textos. Vídeos, podcasts e lives são outras ferramentas utilizadas pelo

grupo nos últimos anos. Nomes importantes da sociedade baiana já participaram de entrevistas, como a vereadora Maria Marighella, o ex-reitor da UFBA, professor João Carlos, a cantora Sarajane, o cantor Tonho Matéria, o cantor e compositor Lazzo Matumbi, o comentarista esportivo e ex-jogador de futebol Emerson Ferretti, entre muitos outros. O portal já publicou textos com questões de concursos públicos, realizou eventos, publicou livros e participou de programas de televisão e rádio para debates.

O professor Manuel Sousa Junior participou e foi aprovado na seleção de novos colunistas realizada no início de 2025, passando a integrar o grupo no final de fevereiro do mesmo ano, dias depois de ter defendido sua tese de doutorado. Seu primeiro texto foi publicado em 27 de fevereiro, com uma crítica sobre os 40 anos da Axé Music. Em 2025, o colunista publicou 18 textos críticos sobre história, política, filosofia, comportamento, educação, arte e cultura.

O capítulo um apresenta um texto sobre o racismo presente nos 40 anos da Axé Music. O capítulo dois traz um texto reflexivo sobre

a ideia de que apenas a educação liberta. O capítulo três estabelece um paralelo entre a distopia *O Conto da Aia* e a realidade no Brasil e no mundo. O capítulo quatro apresenta o novo livro de autoria do autor, *Como conversar com crianças sobre racismo e diversidade*. O capítulo cinco traz a definição e a problematização do termo eugenia. No capítulo seis, é apresentada uma discussão sobre os motivos pelos quais os Estados Unidos interferem em diferentes regiões do mundo. O capítulo sete contempla a análise da pintura *A redenção de Cam*. No capítulo oito, é apresentada uma reflexão sobre se o Brasil está progredindo ou regredindo em relação ao racismo.

No capítulo nove, o termo genocídio é apresentado, definido e problematizado. O capítulo dez, publicado no mesmo dia da condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro pela trama golpista, apresenta seu percurso histórico e as atitudes criminosas que o levaram à condenação. O capítulo onze traz uma discussão sobre a forma deturpada e prejudicial como a novela *Vale Tudo* abordava, naquele momento, o tema da adoção no Brasil. O capítulo doze foi publicado

logo após o roubo no Museu do Louvre, em Paris, e apresenta uma reflexão decolonial que inclui os saques realizados por colonizadores em suas colônias, inclusive na contemporaneidade.

No capítulo treze, outro texto publicado sob forte comoção nacional, é apresentada uma análise crítica sobre as mais de 120 mortes ocorridas em apenas uma operação policial no Rio de Janeiro. Naquele momento, chegou-se a noticiar mais de 130 mortes. Posteriormente, o número foi oficialmente corrigido para 121 e, dias depois, um policial faleceu em decorrência da operação. O texto dialoga com o conceito de necropolítica, ou Estado da morte, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. O capítulo quatorze, ainda sob a égide da segurança pública, apresenta a discussão sobre a função de cada ente federativo na segurança pública no Brasil.

O capítulo quinze, publicado no Dia da Consciência Negra, propõe a reflexão de que as raças humanas constituem um conceito sociológico, embora tenham sido concebidas como um conceito biológico no século XIX. O capítulo dezesseis, outro texto escrito sob a eferves-

cência de um tema em destaque na mídia e nas redes sociais, aborda o feminicídio e a misoginia como epidemias no Brasil.

No capítulo 17, o autor trouxe mais uma análise sobre arte. Dessa vez, a obra examinada é *Um jantar brasileiro*, de Debret. Escrito em parceria com a colunista Jacqueline Gama, o texto apresenta uma das aquarelas mais conhecidas do artista francês que viveu por alguns anos no Brasil.

O último capítulo fala sobre a sina de Ofélia, um tema que emergiu e viralizou nas redes sociais nos últimos dias de 2025. O texto aborda o contexto histórico relacionado com Ofélia e sua sina, desde a peça de Shakespeare até a atualidade.

Siga o Portal Soteroprosa nas redes sociais (@soteroprosa) e o perfil do autor no instagram @debateracialpolitico.

Capítulo 1
40 anos de Axé Music: muita resistência e muito racismo[1]

27 de fevereiro de 2025
Categorias: *Cultura e arte, Comportamento, Sociedade.*

Em 2025, faz 40 anos que o Axé Music chegou ao mercado musical brasileiro a partir do sucesso da música "Fricote", composição do álbum "Magia", lançado por Luiz Caldas, considerado por muitos como o pai do Axé. Essa música revolucionou o cenário musical da Bahia e levou o ritmo para todo o Brasil. Outras bandas foram sendo agregadas ao gênero musical e ganharam os principais programas de auditório do país.

Essa sonoridade baiana agrega vários outros ritmos, como, por exemplo, as bandas de percussão, pagode, salsa, lambada, ijexá e samba-reggae, sendo que, inclusive, muitos deles nasceram em terreiros de religiões de matriz africana ao som de atabaques e outros instru-

[1] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **40 anos de Axé Music:** muita resistência e muito racismo. Portal Soteroprosa. 27 fev. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/40-anos-de-ax%C3%A9-music-muita-resist%C3%AAncia-e-muito-racismo. Acesso em: 16 dez. 2025.

mentos musicais. O termo Axé vem de *àṣẹ*, palavra em Yorubá, que significa poder, energia e força, palavra muito empregada em terreiros de candomblé.

A música "Fricote" ordena para alguém pegar a nega de cabelo duro que não gosta de pentear. A melodia deixa, na subjetividade, a intenção de "pegar à força" a mulher para passar o batom em um nítido tom racista e machista. Sabemos que aquele tempo era outro, músicas desse tipo eram aceitas e estava "tudo bem" (para alguns). Essa canção não faria sucesso nos dias de hoje e o próprio Luiz Caldas tem essa consciência, uma vez que, em entrevista realizada há alguns anos, ele declarou que essa música já não estava mais no seu repertório por causa do viés racista.

Ao falar em cabelo duro, também lembramos de um clássico do grupo Chiclete com Banana, imortalizado na voz de Bell Marques, que dizia que seu cabelo era assim, cabelo duro de pixaim e que a nega nem precisa nem falar que o seu cabelo duro se parece com você. A expressão "cabelo duro" é considerada racista, afinal, não existe, de fato, cabelo duro ou cabelo mole, são cabelos lisos e cabelos crespos, dentre outros. Chamar o cabelo de duro remete

a um racismo na tentativa de depreciar uma característica negra.

"Fricote" cumpriu bem o seu papel e merece ser reverenciada por isso, serviu para agregar outros ritmos e levar o Axé para o Brasil e para o mundo. Agora é uma fonte histórica, que serve para entender como pode, naquele tempo, uma música com essa letra fazer tamanho sucesso no estado da Bahia, com a cidade mais negra fora da África. Antigamente, termos como "cabelo duro" e até o próprio racismo explícito eram tolerados e "não dava em nada". As pessoas que se sentiam constrangidas não tinham voz e nem vez. Atualmente, é inadmissível que o racismo e outros preconceitos continuem a ser perpetuados na sociedade.

Em paralelo, muitas músicas do ritmo também traziam resistência negra e vangloriavam a África, como a banda Reflexus que trouxe o "Canto para o Senegal", que dizia que a grandeza do negro se deu com esse grito infinito, e "Madagascar Olodum", que afirma que a rainha Ranavalona é uma majestosa negra soberana da sociedade. A banda Mel falou sobre o *apartheid* na África do Sul e mandou saudar Nelson Mandela. Celso Bahia falou sobre Bob Marley e Gilberto Gil, chamando-os de dois

negrinhos, que um morava lá na Jamaica outro mora no Brasil.

O Olodum, fundado em 1979, seis anos antes da criação do Axé, também é uma banda que traz diversas músicas de resistência e glórias dos afro-brasileiros, como quando canta o hino "Eu falei faraó ó ó, ê faraó". Incontáveis bandas, tal como a Pérola Negra, também chamado de "o mais belo dos belos", como diz Daniela Mercury sobre o Ilê Aiyê, que é a coisa mais linda de ver, além da Timbalada, Araketu, Muzenza, Malê debalê, Cortejo Afro e tantos outros blocos afro. Quem nunca cantou sobre os cabelos trançados de Tutancâmon ou que Salassiê era um rei que gostava de Reggae iô iô, que gostava de Reggae? Márcia Freire na banda Cheiro de Amor fez sua devoção a Iemanjá, falando sobre dois de fevereiro, que é tempo de oferendas para lhe ofertar. Carlinhos Brown, Margareth Menezes e outros artistas falaram de Orixás em suas músicas, como Gerônimo que disse que, nessa cidade, todo mundo é d'Oxum e que a força que mora n'água não faz distinção de cor. Saulo Fernandes define bem Salvador ao chamá-la de território africano.

Nesse sentido e diante de toda essa história e pluralidade musical, percebemos que o Axé

Music é um ritmo diverso e heterogêneo que convive com o sagrado e com o profano, com a resistência negra e com o racismo. O racismo ainda se mostra no Axé Music? Sim! Como pode o racismo ainda estar presente nesse ritmo de raízes negras? A resposta é simples! Sabemos que o racismo, enquanto fenômeno social, está em cada canto, em cada esquina desse país, até mesmo nos espaços em que deveria estar ausente ou silenciado. A branquitude com seus privilégios materiais ou simbólicos também ajuda a responder tal questão.

Pois bem, faz alguns anos, a autointitulada nega lôra, Claudia Leitte, converteu-se para alguma religião evangélica neopentecostal e passou a modificar um trecho de uma música, trocando a palavra "Iemanjá" por "Meu rei Yeshua". Para quem não sabe, Yeshua seria algo como Salvação e é a forma como se chama por Jesus em hebraico, termo utilizado em sua religião. Não tem problema nenhum que ela seja evangélica, eu até tenho pessoas próximas que são evangélicas. O problema está em uma pessoa que fez fortuna cantando o Axé Music relegar as suas origens musicais em detrimento de sua fé cristã. Afinal, foi o Axé que a ajudou a ser a artista que é hoje, um ritmo com base

no candomblé e em outras religiões de matriz africana, profundamente ligado à ancestralidade afro-brasileira. Desse modo, retirar o nome de Iemanjá, rainha do mar, da sua música é um epistemicídio, ou seja, uma tentativa de apagamento, de negação. Por isso, pode ser considerado como racismo religioso e intolerância religiosa. Um dos autores da música em questão, Durval Lelys, também famoso cantor de Axé, disse que não deu autorização para a troca das entidades religiosas. O caso rendeu muita polêmica nas redes sociais e imprensa nos últimos meses, aliado ao tom conservador, armamentista e extrema-direitista que "Milk" tem manifestado em suas redes. O caso chegou até o Ministério Público e à Justiça. Vamos acompanhar os desdobramentos.

À medida que o Axé Music galgava projeção nacional e internacional, o protagonismo branco, por meio da branquitude, ganhou espaço e empresários e artistas brancos fizeram fortunas com o ritmo baiano a partir da ancestralidade africana, enquanto muitos intelectuais e artistas pretos e pardos continuam, ainda hoje, relegados a posições coadjuvantes nos bastidores.

A cereja do bolo e da branquitude nas comemorações aos 40 anos do Axé veio com um

ensaio fotográfico e entrevista protagonizados por Lore Improta, dançarina, vestida de Barbie, com roupa e cenário em cor de rosa e adereços de banana. A entrevista poderia ser com Ivete Sangalo, Márcia Short, Daniela Mercury ou Carlinhos Brown, mas o grupo Globo, o maior conglomerado de comunicação do país, optou pela dançarina vestida de Barbie do Axé. Ela não representa o Axé, as roupas e o cenário não representam o Axé e o grupo Globo e demais envolvidos deram, com isso, uma "verdadeira banana" para a opinião pública. Como pode não ter ninguém sensato entre produtores, fotógrafos, artistas e demais pessoas envolvidas? E olha que Lore tem uma filha parda com o cantor Léo Santana e já deu diversas entrevistas que está se letrando racialmente. Pelo visto, ainda em fase inicial de letramento, depois dessa pedrada.

Branco, se você soubesse, o valor que o preto tem, tu tomava banho de piche e ficava preto também, como disse a banda O Rappa, em 1996, ao musicalizar sobre o Ilê Aiyê. Viva os 40 anos de Axé!

Para saber mais sobre racismo e intolerância religiosa, leia os verbetes "Candomblé", "Intolerância Religiosa", "Racismo" e "Umbanda" no *Dicionário racial: termos afro-brasileiros e*

afins - volume 1, organizado por Manuel Alves de Sousa Junior e publicado pela editora Appris.

Referências

MORATELI, Valmir. **Os momentos que Claudia Leitte flertou com "evitáveis" polêmicas**. Veja - Coluna Veja gente. 23 dez. 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/os-momentos-que-claudia-leitte-flertou-com-evitaveis-polemicas. Acesso em: 23 fev. 2025.

TERRA. **Relembre 5 polêmicas envolvendo Claudia Leitte**. Coluna entretê. 17 set. 2022. Disponível em: https://www.terra.com.br/diversao/gente/relembre-5-polemicas-envolvendo-claudia-leitte,7f8ce5f758390f98a22925c55095497epuztfun0.html. Acesso em: 23 fev. 2025

Capítulo 2
Somente a educação liberta![2]

13 de março de 2025

Categoria: *Educação.*

Eu costumo dizer aos quatro cantos que só a educação liberta. Dizer que a "educação liberta" é uma ideia que remonta a pensadores como Paulo Freire, que defendia a educação como um instrumento de emancipação e transformação social. No contexto dessa frase, "libertar" não significa apenas fornecer mais oportunidades de emprego ou riqueza, mas também possibilitar uma maior autonomia e consciência crítica para o indivíduo e para a sociedade como um todo. Quando se diz que "a educação liberta", está se falando da capacidade da educação de ampliar as possibilidades de um indivíduo ou grupo, possibilitando que ele se torne mais consciente de seu papel no mundo e mais capaz de influenciar as mudanças que deseja ver na sociedade.

---

[2] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Somente a educação liberta!** Portal Soteroprosa. 13 mar. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/somente-a-educa%C3%A7%C3%A3o-liberta. Acesso em: 16 dez. 2025.

Sou professor de escola pública e muitos dos meus alunos vêm de origens humildes. Dessa forma, busco sempre deixar claro para eles esse legado: a certeza de que só a educação é capaz de transformar vidas. Sou uma prova dessa libertação. Sou filho de costureira e comerciante. Tudo o que tenho hoje — uma casa (ainda que financiada), um carro, experiências de viagens ao exterior e uma estabilidade profissional como servidor público federal — se deve à educação e às oportunidades que consegui conquistar ao longo da minha vida.

No final de fevereiro, foi divulgada mais uma etapa do Censo 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desta vez sobre educação. Os dados apontam crescimento expressivo na proporção de pessoas pretas e pardas com nível superior completo, em comparação ao ano 2000. No entanto, as desigualdades raciais no acesso à educação superior ainda são marcantes, com a população branca mantendo uma vantagem significativa.

De acordo com os dados do censo de 2022, a proporção de pretos com 25 anos ou mais que concluíram o ensino superior aumentou 5,8 vezes no período, passando de 2,1% em 2000 para 11,7% em 2022. Entre pardos, o crescimento

foi de 5,2 vezes, passando de 2,4% para 12,3% no mesmo período. Apesar do avanço, os percentuais estão bem abaixo dos 25,8% registrados pela população branca, que teve aumento de 2,6 vezes no período (9,9% no ano 2000).

Apesar do crescimento, as disparidades raciais no acesso ao ensino superior continuam evidentes. Em 2000, a proporção de brancos com ensino superior completo era mais de 4 vezes maior que a de pretos e pardos. Em 2022, essa diferença diminuiu, mas ainda é significativa, visto que o percentual de brancos com diploma universitário (25,8%), ainda é mais que o dobro do observado entre pretos (11,7%) e pardos (12,3%).

Esses dados corroboram o que foi relatado na pesquisa de Verônica Daflon, que, em sua tese de doutorado, investigou diversos elementos relacionados às populações branca, preta e parda. Seus resultados indicam exatamente os dados divulgados no Censo 2022, demonstrando que a população branca se encontra em uma posição de vantagem significativa em relação aos pretos e pardos. Além disso, embora o nível de escolaridade dos pardos seja ligeiramente superior ao dos pretos, ainda é consideravelmente inferior ao dos brancos.

Podemos refletir que esse avanço, embora modesto, pode ser atribuído às políticas de ações afirmativas implementadas nos últimos anos no Brasil, dentre elas, as cotas para acesso à universidade. Certamente, se não houvesse as cotas, essa desigualdade ainda seria semelhante à observada no ano 2000.

Cumpre salientar que, entre os 22 anos que separam os censos analisados (2000 e 2022), 14 anos correspondem a governos de centro-esquerda no Executivo federal. Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) construíram 18 universidades, com 187 novos *campi* universitários e 422 novos *campi* de institutos federais. Já Temer (2016-2018) construiu 21 novos *campi* de institutos federais, e Bolsonaro (2019-2022) não construiu nenhum, limitando-se a emitir uma portaria de funcionamento para 16 *campi* de institutos federais. Além disso, foram criados 5 *campi* de universidades federais e 9 universidades por meio do desmembramento de outras universidades já existentes (governos de direita). O governo atual do presidente Lula já declarou que vai construir mais 100 *campi* de institutos federais. Percebe-se, a partir desses dados, que a centro-esquerda investe mais na educação do que a direita no Brasil.

Parafraseando Paulo Freire: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Por mais educação, por uma educação libertadora, avancemos! Liberte-se!

Referências

IBGE 2022. **Censo 2022:** proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. Agência IBGE notícias. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da--populacao-com-nivel-superior-completo--aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20preta,12%2C3%25%20em%202022. Acesso em: 08 mar. 2025.

IF Sudeste MG. **MEC anuncia 2,44 bilhões para universidades e institutos federais**. abr. 2023. Disponível em: https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2023/04/mec-anuncia-2-44-bilhoes-para-

-universidades-e-institutos-federais. Acesso em: 08 mar. 2025.

DAFLON, Verônica Toste. **Tão longe, tão perto:** Identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 184 p.

Capítulo 3
O conto de Aia: uma distopia cada vez mais real[3]

10 de abril de 2025

Categorias: *Cultura e arte, Sociedade.*

A série distópica, inspirada no romance homônimo da canadense Margaret Atwood, publicado pela primeira vez em 1985 e que, em muitos momentos, remete a situações vividas na contemporaneidade, retrata diversas faces de um regime autoritário e atravessado por diversos preconceitos machistas, misóginos, homofóbicos, racistas, dentre outros, além da presença constante da sombra da morte causada, muitas vezes, por pequenas falhas ou grandes atentados contra a gestão do Estado. Em nome de Deus e do Estado, além do poder máximo do homem sobre a mulher, os governantes e a elite cometem diversos atentados aos direitos humanos e ocorrem as barbáries mais vis contra as necessidades mais básicas do ser humano. At-

[3] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **O Conto de Aia:** uma distopia cada vez mais real. Portal Soteroprosa. 10 abr. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/o-conto-de-aia-uma-distopia-cada-vez-mais-real. Acesso em: 16 dez. 2025.

wood pegou elementos que ocorrem em diversas nações do mundo e condensou-as na República de Gilead em sua obra.

A série *The Handmaid's Tale*, conhecida como *O Conto de Aia*, distribuída no Brasil pelos sistemas de *streaming* Paramount Plus e Globoplay, já ganhou diversos prêmios mundo afora e já possui 5 temporadas disponíveis (a 6ª temporada originalmente em abril/2025). A série e o livro que a inspirou se passam em um contexto de intensa devastação ambiental, em que as taxas de fertilidade caíram drasticamente em todo o mundo, sobretudo, por causa de fertilizantes. Em determinado momento da série, chega-se a comentar que de cada cinco nascimentos, apenas um deles tem parto bem-sucedido com criança saudável; noutro momento, uma diplomata mexicana relata que em uma grande cidade de seu país, nenhuma criança nasceu saudável nos seis últimos anos.

Os EUA entram em colapso com conflitos internos e guerras civis. A obra é narrada pela personagem Aia Offred, interpretada na série, pela atriz Elizabeth Moss. A história vai sendo desenrolada no presente com flashes do passado que ajudam a explicar o enredo.

A história tem início quando um grande golpe é orquestrado e posto em prática contra Instituições Políticas, Bancárias e Sociais dos Estados Unidos da América (EUA), por um grupo que organiza um novo Estado soberano, a República de Gilead, de modo que 48 dos 50 estados dos EUA, chegam a sucumbir ao golpe. A capital estadunidense passa a ser Anchorage no Alaska que, junto com o Havaí, passam a formar os Estados Unidos da América. A série também deixa evidente que diversas regiões são marcadas por conflitos com rebeldes e apresentam-se como zonas em guerra, como Chicago e Flórida.

A partir daí, as mulheres têm seus direitos cassados, suas finanças bloqueadas, seus filhos e filhas arrancados de seus pais, proibidas de trabalhar e de possuir qualquer patrimônio. Famílias foram destituídas de suas casas e crianças de suas famílias, a sociedade era dividida em castas hierarquizadas e quase todos passaram a servir ao Estado. Consequentemente, também aos denominados Comandantes, como são chamados os líderes dessa república totalitária, teonômica, fundamentalista e militar, como também às suas famílias. As pessoas que foram capturadas ao tentar fugir,

foram entregues ao Estado para servirem de acordo com as necessidades do novo Estado.

Gilead encontrou soluções para o problema da fertilidade que ignoram direitos humanos, como a escravização sexual-reprodutiva e o abuso sexual de diversas formas, culminando em estupros em cerimônias ritualísticas. O aumento da taxa de natalidade, comparada a outros países, servia como respaldo para as atrocidades cometidas e legitimadas pelo Estado.

Homens e mulheres são colocados em trabalhos conforme suas habilidades ou interesses do Estado: podem ser Guardiões ou Olhos – os guardas, a força policial, responsáveis pela Ordem; as Martas – cuja função é cuidar da casa, crianças, serviços domésticos e da família dos Comandantes; as Tias – cuja função é treinar, estimular a reprodução e controlar as Aias – estas, são mulheres férteis escolhidas para darem à luz aos filhos dos Comandantes (apesar de todos terem esposas, muitas tem dificuldade para engravidar ou são estéreis), geralmente colocadas na casta por causa de algum erro ou modo de vida no período pré-Gilead ou mesmo um castigo imposto.

Outras castas dessa sociedade hierarquizada seriam os motoristas, as Esposas (dos Coman-

dantes), as Economopessoas (pessoas da maioria da população que trabalham em diversos ofícios, sobretudo para o Estado), as Pérolas (moças jovens que percorrem os países apresentando Gilead), além da atuação de mulheres como Jezebel – mulheres que são forçadas a se prostituírem. A Sociedade, segue, segundo eles, o Antigo Testamento, por isso mesmo, se autodenominam "Filhos de Jacó" e a partir disso montaram todo um arcabouço jurídico amparado na bíblia, e segundo seus interesses e interpretações dessas passagens bíblicas.

As profissões femininas eram altamente reguladas pelo Estado, a violência contra a mulher e o machismo, em sua mais vil face, é destaque na sociedade formada em Gilead. Tudo o que se referia ao mundo feminino foi minimizado ou excluído como revistas com conteúdo, geralmente relacionado ao mundo feminino, como moda, estilo de vida saudável etc., e indústria cosmética. As literaturas ditas do mundo feminino (revistas, livros, entre outros) foram destruídas ou então colocadas em bibliotecas ao cuidado das Tias, sendo que mesmo essas não podiam manuseá-las. Alguns Comandantes também as possuem e as utilizam para conquistar a confiança das Aias oferecendo a elas

em troca de "algo mais" (aqui exemplificamos como as idas das Aias com os Comandantes para a "Casa de Jezebel", como ocorreu com a protagonista). As meninas eram matriculadas em escolas para aprenderem a desempenhar as tarefas domésticas, ou seja, eram treinadas para servir ao marido e aos filhos, pois era essa a função da mulher no mundo gileadiano.

As mulheres eram proibidas de ler (exceto as Tias, ao exercerem funções administrativas), sob pena de perderem um dedo como castigo, além de não serem livres, aqui entendendo-se a clausura mais psicológica e não tão física, pois as mulheres – Esposas – podiam se encontrar para conversar, realizar trabalhos manuais em conjunto, passear com os filhos. As inférteis mais rebeldes, divorciadas, feministas e traidoras de gênero (como eram chamadas por Gilead os integrantes LGBTQIAPN+, enquanto os homens desse grupo eram condenados à morte). Elas ainda poderiam ser enviadas para trabalhos forçados nas colônias de resíduos tóxico-radioativos ou para um local chamado Casa de Jezebel, onde os Comandantes e convidados podiam desfrutar dos "prazeres mundanos", como bebidas, cigarro, sexo livre (sem fins

de reprodução), sendo esse espaço mantido pelo Estado de forma velada.

Cada casta usa roupas apropriadas para seus afazeres e com acessórios e cores das roupas bem padronizadas: as Esposas de azul (cor que representa a Virgem Maria com simbolismo de pureza e santidade); as Aias de vermelho (cor da fertilidade, representada pela cor da menstruação); e as Martas se vestem de uma cor transitória em tom pastel entre o azul e o vermelho, deixando claro que são hierarquicamente abaixo das esposas e acima das Aias. Os guardiões vestem verde musgo, as Tias se vestem de marrom (lembrando uniformes nazistas), as Econoesposas usam roupas listradas em 3 cores, deixando claro a classe social e que acumulam diversas funções. Sobre elas, Atwood (2017, p. 35) diz que "essas mulheres não estão divididas segundo as funções a desempenhar. Elas têm que fazer tudo; se puderem".

Todas as castas recebiam treinamentos de como se portar nas mais diversas situações em que poderiam estar presentes, no caso das Aias, existiam centros de treinamentos chamados de Centros Vermelhos. Gilead tem diversas frases, rituais e orações que devem ser ditos em momentos específicos, como por

exemplo, ao serem cumprimentadas por qualquer pessoa com "Bendito seja o fruto", as Aias deveriam responder "Que o Senhor possa Abrir", uma clara alusão à reprodução, papel principal dessa casta.

"Só queríamos tornar o mundo um lugar melhor. O melhor nunca é melhor para todos, sempre é pior para alguns". Este trecho foi dito na obra pelo Comandante Fred Waterford para sua Aia, June Osborn, renomeada pelo Estado como Offred. As Aias são escravas reprodutivas e trocavam de nome e passavam a ser chamadas pelo prefixo *Off*, seguido do nome do seu comandante ao assumir um novo posto, indicando a inferioridade delas e deixando claro quem passava a ser o seu "proprietário". Eram mulheres jovens, muitas bem-sucedidas em suas profissões antes do Golpe de Estado, férteis e, claro, que cometeram atitudes imperdoáveis na visão da República de Gilead (como trabalhar fora de casa, ser professora, ter independência financeira, escolher ter ou não filhos ou ser considerada a causa da separação de um casal e/ou casar com o homem recém separado, como o caso da protagonista). Assim, deveriam servir como escravas reprodutivas para aumentar o contingente populacional do Estado. Os

estupros com finalidade reprodutiva ocorriam na época da ovulação, que era rigorosamente controlada pelas Tias, principalmente, além de serem submetidas a avaliações médicas e exames rotineiramente.

Cumpre salientar que as Aias não são consideradas mães de seus bebês, pois assim que nascem, são entregues para a Esposa que, com ajuda da Marta, vai cuidar da criança. A Aia fica ainda amamentando a criança por um tempo, e ao encerrar esse período, ela é enviada a outro posto para tentar engravidar de um novo Comandante e cumprir o seu papel reprodutor. Aqui percebemos o quanto o corpo da mulher é visto como objeto, não só do homem (nesse caso) mas de uma Sociedade, que vê nesse corpo, a possibilidade de "oferecer" algo ao Estado, como uma penitência por seus pecados.

Ao falarmos sobre o Estado autoritário de Gilead, é preciso entender que ele também operava de modo a conduzir condutas e produzir verdades. A própria Tia Lídia, interpretada pela atriz Ann Down, deixou claro, em alguns momentos na trama, que o que ocorre lá pode não parecer normal, mas com o tempo se tornará normal. É justamente nesse sentido

que a República atua, produzindo novas normalidades, conduzindo condutas e produzindo verdades. Eis o grande problema da sociedade, que pode passar a normalizar a barbárie, sobretudo, proveniente de governos autoritários, como alguns que vemos na atualidade.

Apesar de ter sido escrito a décadas atrás, visto que seu lançamento original data de 1985, *O Conto da Aia* faz-nos refletir sobre elementos que acontecem atualmente na sociedade, como a eleição no Brasil, de um Presidente da República, machista, misógino, eugenista, racista, homofóbico, xenofóbico e dotado dos mais diversos outros tipos de preconceitos, sendo este um país democrático com uma cultura e história de lutas pela liberdade e preservação dos direitos sociais. Movimentos conservadores, tradicionais e autoritários, muitos dos quais conhecemos como partidos de direita e extrema direita, estão em alta em diversos países do mundo, inclusive, a maior democracia do mundo, como se intitula os Estados Unidos, esteve com seu regime democrático ameaçado por fanáticos estimulados por Donald Trump (ex-presidente americano e empresário que, claramente, tem ideais machistas, xenofóbicos, homofóbicos, entre outros preconceitos), após

perder as eleições em 2020, inclusive tendo um dos seus símbolos máximos invadido em janeiro de 2021 – o Capitólio. Assim como na obra ficcional estudada, em que a democracia americana foi deposta, ao redor do mundo, governantes extremistas podem colocar a democracia em risco em suas nações, como já ocorreu em diversos momentos da história mundial e até mesmo com a ditadura militar na jovem democracia que ainda é o Brasil. A nova eleição de Trump e outros governantes da extrema direita pelo mundo, sobretudo na Europa, leva à reflexão e à relação desta obra distópica com a realidade. Apenas para trazer um exemplo, destaco a perseguição e deportação realizada por Trump contra imigrantes.

A maioria dos países hoje constituídos, enquanto democráticos e soberanos, possuem uma história marcada pelo derramamento de sangue e processos de opressão até chegar aos dias atuais, mesmo os países ricos e europeus. *The Handmaid's Tale* vem para mostrar a face cruel de um regime autoritário, demonstrando que apenas uma parte da sociedade é beneficiada, sendo geralmente constituída pela denominada elite. Temas como a biopolítica de Michel Foucault, a necropolítica de Achil-

le Mbembe, a precariedade de Judith Butler e a vida nua de Giorgio Agamben, ajudam a compreender melhor a relação do tema com o mundo e a sociedade. A obra analisada serve como espelho para ajudar a pensar e refletir sobre quais políticos devemos apoiar para o bem de todos com base em seus princípios e atitudes na vida pregressa, para que contextos como estes não ocorram/voltem a ocorrer.

Referência

ATWOOD, Margaret. **O conto de Aia**: the handmaid's tale. Rio de Janeiro: Rocco, 2017 (1985). 368 p. Tradução de Ana Deiró.

Capítulo 4
Como conversar com crianças sobre racismo e diversidade[4]

01 de maio de 2025

Categoria: *Cultura e arte.*

[4] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Como conversar com crianças sobre racismo e diversidade.** Portal Soteroprosa. 01 maio 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/como-conversar-com-crian%C3%A7as-sobre-racismo-e-diversidade. Acesso em: 16 dez. 2025.

Chegou o livro com dicas valiosas para uma educação antirracista e com diversidade para evitar que os preconceitos estruturais da sociedade sejam incorporados no repertório da sua criança por meio da subjetividade.

Esta é uma obra para todas as pessoas que possuem contato com bebês e crianças de até cerca de 10 anos de idade. *Como conversar com crianças sobre racismo e diversidade* é um livro que inicia com um resgate histórico sobre a constituição da raça no país, mostrando como nosso povo foi constituído, seguido de uma breve história da branquitude e de como o racismo foi legitimado no Brasil. Entender essas questões é fundamental para que se possa falar de racismo e diversidade com as crianças.

A subjetividade e o exemplo são abordados na sequência como um ponto chave para a aprendizagem infantil. Em seguida, o conceito de diversidade foi discutido em sua amplitude, bem como a problematização do mimimi e da dor das pessoas que sofrem os mais variados tipos de preconceito. Na sequência, é apresentado o capítulo que demonstra formas de como colocar a diversidade, o antirracismo e a inclusão na rotina da sua criança a partir de exem-

plos de brinquedos, filmes/desenhos animados, livros e muito mais.

O ponto alto do livro vem com o capítulo que traz algumas dicas no que se refere a como conversar com as crianças sobre racismo e diversidade e um recado para educadoras e educadores. O livro finaliza com um epílogo que problematiza um importante debate sobre as obras de Monteiro Lobato e outros clássicos racistas na atualidade e o porquê essas obras não devem mais ser lidas por nossas crianças.

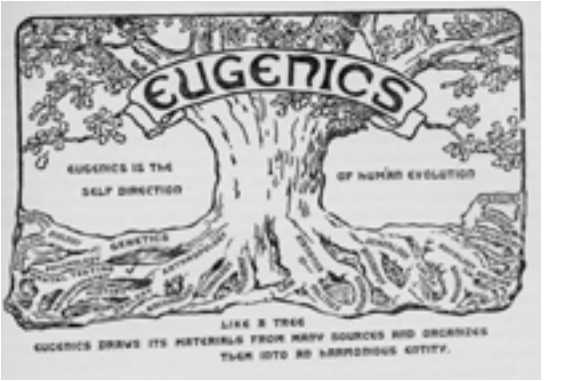
O autor Manuel Sousa Junior é doutor em educação, historiador, pesquisador, professor, colunista do Soteroprosa e pai de uma menina de 5 anos. Buscou trazer um tema que sempre é dúvida para os pais, mães e responsáveis.

O livro tem o tamanho de 14x21cm, possui 134 páginas e pode ser adquirido com o autor por meio do instagram @debateracialpolitico. Boa leitura!

Capítulo 5
Você já ouviu falar em eugenia?[5]

22 de maio de 2025

Categoria: *Ciência.*



A eugenia é um tema pouco conhecido e divulgado no Brasil, porém de grande importância para entendermos elementos presentes na sociedade brasileira racista atual. Alguns pesquisadores afirmam que muitas vezes o estudo da eugenia gera desconforto, pois lida o

[5] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Você já ouviu falar em eugenia?** Portal Soteroprosa. 22 maio 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/voc%C3%AA-j%C3%A1-ouviu-falar-em-eugenia. Acesso em: 16 dez. 2025.

tempo todo com o desprezo, a segregação e a tentativa de controle de um grupo sobre outro.

A eugenia surgiu em 1883, por Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin (1809-1882). O cientista se dedicou a diversas áreas como antropologia física, meteorologia, matemática, estatística, entre outras. Na segunda metade do século XIX desenvolveu pesquisas na área de hereditariedade humana aplicando conhecimentos que vinham sendo gestados por cientistas para verificar a transmissão das características humanas a partir das gerações. A palavra eugenia surgiu inspirada em uma palavra grega que significava "Bem-nascido" para "designar os usos sociais dos novos conhecimentos da ciência sobre evolução e hereditariedade, a fim de aperfeiçoar racialmente o ser humano" (Bonfim, 2017, p. 74).

A eugenia foi uma doutrina política que pregava o melhoramento da raça humana a partir do controle sobre a população por meio da sexualidade, casamentos e reprodução. Em pouco tempo adquiriu status de ciência e se espalhou por diversos países em todo o mundo.

A criação das sociedades eugênicas com o pioneirismo alemão com a German Society for Racial Hygiene (Berlin, 1905), seguida da

Eugenics Education Society (Londres, 1907-1908), Eugenics Record Office (New York, 1910) e Société Eugénique Française (Paris, 1912). Diversos eventos ocorreram para difundir, divulgar e discutir a ciência galtoniana, como o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia (Londres, julho/1912) por iniciativa da Eugenics Education Society sob liderança de Leonard Darwin (1850-1943), filho de Charles Darwin e o Congresso Mundial das Raças (Londres, 26 a 29 de julho/1911).

A árvore da eugenia, imagem que ilustra este artigo, foi um símbolo que esteve presente em documentos, como os certificados emitidos de participações notáveis no 2° Congresso Internacional de Eugenia em 1921. Ele trazia a inscrição em tradução livre "Eugenia é a autodireção da evolução humana. Como uma árvore, a eugenia retira seus materiais de muitas fontes e os organiza em um ambiente harmonioso". Nas raízes da árvore encontravam-se todas as áreas que a eugenia utilizava para conseguir seus objetivos, como genética, biologia, anatomia, fisiologia, psicologia, antropometria, história, geologia, arqueologia, etnologia, geografia, antropologia, direito, estatística, política, economia, biografia, educação, economia,

sociologia, religião, genealogia, psiquiatria, cirurgia e testes mentais.

Embora legitimada no final do século XIX enquanto ciência, a eugenia como prática já estava presente em diversas civilizações e povos, desde em Esparta, cidade-estado grega antiga até povos indígenas na América, passando pelos vikings (nórdicos) da Escandinávia medieval, quando por exemplo, deficientes físicos ou crianças nascidas com alguma anomalia eram sacrificados, diferenciando os aptos dos inaptos em categorias de superiores e inferiores.

O progresso e a ciência eram dependentes entre si e essa associação era amplamente divulgada e difundida em eventos e exposições internacionais e nacionais. As atividades científicas na Europa possuem destaque para as ações lideradas por Césare Lombroso (1835-1909) na Itália com a antropologia criminal e Francis Galton na Inglaterra com a eugenia e o darwinismo social. Já as ações em solo brasileiro foram lideradas por Renato Kehl (1889-1978), nome de destaque pela difusão da eugenia no Brasil, como a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo - SESP (1918), do periódico Boletim de Eugenia (1929) e do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) (Bonfim,

2017; Darmon, 1991). No bojo dessas difusões científicas a raça era criada e o racismo era cada vez mais consolidado na estrutura da sociedade

A eugenia negativa defendia o controle estatal diretamente na reprodução dos indivíduos. Diversos países aprovaram leis de esterilização de indivíduos inaptos, impuros e inferiores devido a aspectos físicos, mentais e comportamentais. Em 1928, a Suíça teve um pioneirismo na Europa nesse sentido no Cantão de Vaud. Em 1929 foi a vez da Dinamarca, que promoveu quase 9 mil esterilizações entre 1930 e 1949. A partir de 1935 mais de 15 mil pessoas foram esterilizadas pelo Instituto para Raça e Biologia (fundado em 1921) da Universidade de Uppsala na Suécia.

Os Estados Unidos possuem grande destaque no processo de esterilização involuntária eugênica com diversas legislações aprovadas antes da década de 30. À época, já eram cerca de 30 mil indivíduos esterilizados; e até o final da Segunda Guerra Mundial, mais de 70 mil. A Alemanha Nazista foi o destaque absoluto em legislação de esterilização e sua consequente efetividade a partir de 1933, quando cerca de 1% da população do país foi involuntariamente esterilizada (mais de 400 mil pessoas).

A eugenia no Brasil, foi do tipo positiva, aquela que se baseava principalmente no ato de educar a sociedade. Esse fato é evidenciado em um dos objetivos da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) fundada em 1918 que se baseava na educação por meio da "divulgação, entre o publico, de conhecimentos hygienicos e eugenicos para o bem do individuo, da collectividade e das gerações futuras", como foi descrito no jornal Correio Paulistano em 1917.

A eugenia e a higiene social estiveram entrelaçadas em diversos momentos de suas atuações nas primeiras décadas da república no Brasil, assumindo contornos diferentes da eugenia europeia e estadunidense. Apesar de flertar com a política em diversos momentos, o país não teve legislações eugênicas propriamente ditas. Quando se fala em educação eugênica, esta esteve presente até nas Constituições Brasileiras de 1934 e 1937. Contudo, a eugenia esteve presente, muitas vezes escondida ou mascarada, em diversos atos higiênicos e sanitários.

No Brasil, o movimento eugênico teve muitos adeptos na elite branca intelectual nas primeiras décadas do século XX tendo atuado em território nacional principalmente a partir da educação eugênica para eliminação ou desapa-

recimento dos não brancos, a partir de um embranquecimento da população a partir da miscigenação em busca da raça brasileira. No campo da educação eugênica, a doutrina esteve relacionada com educação moral, educação sexual, educação física e aconselhamento matrimonial sempre em prol do melhoramento humano.

Enquanto ciência que se firmava no meio científico, a eugenia utilizou o debate científico no campo da biologia, para isso, flertou com diversas teorias em voga à época. O movimento eugênico também inferiu no campo social por meio de medidas eugênicas para o melhoramento humano atuando sobretudo nas ações de cunho repressivo, às populações pobres, aos enfermos, negros e mulatos, indivíduos com deficiências físicas, doentes mentais, imigrantes de nacionalidades consideradas inferiores, viciados e infratores.

Conferências públicas, pesquisas variadas, literatura especializada, periódicos, congressos e eventos diversos, ligas, sociedades e concursos eugênicos foram algumas das ações e atividades que a eugenia promoveu no Brasil em várias frentes de intelectualidade, antropologia, direito e medicina. Muitos eugenistas conseguiram realizar contatos políticos afina-

dos e participaram ativamente na conformação de políticas sociais em áreas como saúde, educação, política imigratória, higiene social e sanitarismo.

A eugenia no Brasil produziu uma intensa atividade política de grupos sociais e intelectuais diversos, muitas vezes ligados à experiência urbana que buscavam atender às demandas de uma reduzida elite nacional. Foram diversas polêmicas e divergências, numerosos médicos e outros intelectuais se debruçando nos ideais eugênicos sob diversas vertentes possíveis atreladas às demandas por educação e saúde públicas. O movimento eugênico no Brasil foi marcado por debates de distintas perspectivas com relação à sua fundamentação teórica, propostas de intervenção social e cultural, além do apelo nacionalista que precisava se firmar na jovem república, ou seja, não houve um movimento eugênico unificado no país.

O movimento eugenista entrou em declínio a partir da descoberta das atrocidades realizadas pelos nazistas nos campos de concentração, onde diversos experimentos foram realizados em busca da pureza racial. A partir de então, os intelectuais brasileiros, assim como em vários países, reorientaram suas biografias de modo a

disfarçar seus interesses nazifascistas e até hoje vemos grupos defensores de ideais eugenistas no Brasil e no mundo. Fiquemos atentos!

Eugenia é um dos verbetes do *Dicionário Racial: termos afro-brasileiros e afins - volume 1*, para saber mais, sobre esse e outros verbetes ligados às temáticas racial e outras afins, adquira e leia o livro, como uma ferramenta de letramento racial que todo mundo precisa hoje e sempre!

Para saber mais

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de (org). **Dicionário Racial:** termos afro-brasileiros e afins. v. 1. Curitiba: Editora Appris, 2023.

Rerefências

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar:** uma história da eugenia no brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CORREIO PAULISTANO. A sessão de hontem - varias communicações - a necessidade da cultura physica. **Jornal Correio Paulistano**, São Paulo, ed. 19542, p. 5, 2 dez. 1917.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DIWAN, Pietra. **Raça pura:** uma história da eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação da América Latina.
Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

UNIVERSITY OF MISSOURI. **Controlling hereditary:** International Eugenics
Congresses. 2011. Curadoria de Michael Holland. Disponível em: https://library.missouri.edu/specialcollections/exhibits/show/controlling-heredity/america/congresses. Acesso em: 3 dez. 2022.

Capítulo 6
Por que os Estados Unidos se metem em tudo?[6]

26 de junho de 2025

Categoria: *Política.*

Para iniciarmos nossa conversa, é preciso compreender que os Estados Unidos são a maior potência mundial, detendo a maior economia e o maior poderio militar do planeta. Essa nação foi fundada, como muitas outras, por meio da guerra. Em 1776, as 13 colônias britânicas na América obtiveram sua independência por meio de um conflito armado. Desde então, o país tem estado envolvido, direta ou indiretamente, em conflitos ao redor do mundo. A guerra civil americana, conhecida como Guerra de Secessão, ocorreu entre 1861 e 1865, envolvendo o Norte — interessado na industrialização e no trabalho assalariado — e o Sul, de base agrária e escravista. Foram mais de 600 mil mortos nesse confronto, que causou a destruição de grande parte do país.

[6] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Por que os Estados Unidos se metem em tudo?** Portal Soteroprosa. 26 jun. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/por-que-os--estados-unidos-se-metem-em-tudo. Acesso em: 16 dez. 2025.

Naquele momento, o território estadunidense restringia-se à faixa leste, banhada pelo Oceano Atlântico. Após a unificação, iniciou-se um processo de expansão em direção ao Oeste, até alcançar a costa banhada pelo Oceano Pacífico, por meio da compra de territórios e de diversos conflitos armados. A Flórida foi comprada da Espanha; o Alasca, da Rússia; e estados como Califórnia, Arizona, Nevada e Utah foram incorporados após uma guerra que devastou o México.

O século XX foi decisivo para que os Estados Unidos alcançassem a posição que ocupam hoje no cenário geopolítico. Enquanto as nações europeias se digladiavam nas duas grandes guerras, os EUA souberam emprestar dinheiro a diversos países e lucrar com a indústria de armamentos e com a produção de bens para abastecer os conflitos armados. Ou seja, foi por meio das guerras que os Estados Unidos se tornaram a maior potência do planeta, buscando — de forma contraditória — implantar a paz mundial. Tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos demoraram a entrar oficialmente nos combates. Após os armistícios, ainda forneceram muitos empréstimos para a

reconstrução dos países bombardeados. Esses são apenas alguns dos fatores que contribuíram para a consolidação da posição da nação norte-americana como a maior potência intervencionista do mundo.

Após a Grande Depressão de 1929 — uma grave crise mundial iniciada nos EUA e que se espalhou por diversos países, afetando amplamente a economia e a sociedade —, o presidente Franklin Roosevelt, eleito em 1933, assumiu uma postura firmemente intervencionista, mesmo com o país adotando, naquele momento, uma política mais isolacionista. Ele acreditava que, após a recuperação da crise, os Estados Unidos deveriam voltar-se à política internacional como caminho para o crescimento nacional a longo prazo. No entanto, suas ideias só começaram a se concretizar com a Segunda Guerra Mundial se consolidando após este evento bélico.

O isolacionismo norte-americano chegou ao fim com esse conflito, e os Estados Unidos passaram a assumir o perfil intervencionista que conhecemos atualmente. A União Soviética também adotava uma política externa fortemente intervencionista e disputava com os Estados Unidos a influência global.

Com a dissolução da URSS após a Guerra Fria (1947–1991), a Rússia perdeu espaço nesse campo, e os Estados Unidos passaram a exercer hegemonia sobre as relações internacionais. Inclusive, vale salientar que países que estiveram por décadas sob a influência soviética tornaram-se aliados das potências ocidentais, como Polônia, Romênia, Letônia, Lituânia, Estônia, Hungria e Ucrânia.

Apesar do governo estadunidense sob Donald Trump não demonstrar grande apreço pela democracia, é inegável que os Estados Unidos possuem uma democracia sólida e duradoura. Esse fato faz com que seus governantes se sintam no direito de interferir em outros países sob a justificativa democrática de promover a paz — embora, na prática, ajam conforme seus próprios interesses. Com todo o seu poder financeiro e militar, os Estados Unidos passaram a utilizar o discurso de paz mundial como argumento para promover e se envolver em conflitos em diversos continentes, sempre alinhados a seus objetivos estratégicos. Apenas para citar alguns exemplos, ocorreram intervenções em países como Iraque, Vietnã, Panamá e Síria, ao longo dos séculos XX e XXI. Além dos conflitos armados, os Estados Unidos também

apoiaram e interferiram em ditaduras, como no Brasil, Chile e Argentina, o que representa um paradoxo, já que o discurso em prol da democracia sempre se apresentava como prioridade.

A história comprova que os Estados Unidos sempre demonstraram uma incoerência em seu discurso, porém, internacionalistas costumam afirmar que tudo é feito com base em seus interesses de manter sua hegemonia como maior potência mundial industrial, militar, financeira, nuclear, estratégica, geopolítica e cultural, sobretudo a partir da rivalidade com Rússia e China, que não são democracias plenas, e, desse modo, continuam promovendo uma dependência de diversos outros países democráticos pelo mundo, como uma espécie de imperialismo.

Observe, por exemplo, que os EUA se incomodam com a Venezuela, mas demonstram indiferença em relação ao Haiti. A justificativa? As vastas reservas de petróleo venezuelanas. Da mesma maneira, ignoram as atrocidades cometidas por Israel no genocídio contra o povo palestino em Gaza, ao mesmo tempo em que tentam negociar com a Ucrânia — envolvida em guerra com a Rússia — a exploração de metais raros presentes em seu território.

A maior prova de que os Estados Unidos estão constantemente atentos à geopolítica mundial de acordo com seus próprios interesses foram as declarações feitas pelo presidente Donald Trump ao assumir seu atual mandato. Ele afirmou ter interesse em comprar a Groenlândia — uma região autônoma ligada à Dinamarca — mesmo sem que estivesse à venda; declarou o desejo de administrar o Canal do Panamá, pertencente a um país soberano; referiu-se ao presidente do Canadá como "governador do 51º estado norte-americano" e chegou a ordenar que o Google alterasse o nome do Golfo do México para "Golfo da América". Mais recentemente, os Estados Unidos declararam que uma mudança de regime no Irã pode estar em seus planos.

Trazendo a discussão para a guerra atual no Oriente Médio, alguns pontos merecem destaque. Enquanto o discurso trumpista afirma que o Irã não pode enriquecer urânio para fins armamentistas, Israel — aliado dos Estados Unidos — possui cerca de 100 ogivas nucleares. A Rússia detém mais ogivas do que os próprios Estados Unidos (mais de 5.500) e a China possui aproximadamente 500. França, Reino Unido, Índia, Paquistão e Coreia do Norte também

possuem algumas centenas de armas nucleares, e não vemos os Estados Unidos cogitando atacar esses países por causa disso.

O intervencionismo global dos Estados Unidos, atualmente, é consequência da conjuntura geopolítica. A ausência de competição em várias áreas resulta em um verdadeiro monopólio de influência política e militar, imposto pelos EUA sobre boa parte do mundo.

Guardadas as devidas proporções, é possível estabelecer uma comparação historiográfica: no século XV, grande parte do mundo estava sob a influência de Portugal e Espanha — lembra do Tratado de Tordesilhas que dividia o mundo entre as duas potências? —, entre os séculos XIX e XX, o Império Britânico dominava nações em todos os continentes. Da mesma forma, um dia, esse modelo intervencionista dos Estados Unidos também ruirá. Pode levar 5, 50 ou até 500 anos, mas a história demonstra que mesmo grandes impérios ruíram em determinadas circunstâncias.

Sigamos atentos à geopolítica mundial e observando que os Estados Unidos se metem em tudo!

Referências

CNN. **Além de Rússia e Estados Unidos:** Saiba quais países têm armas nucleares. Internacional. 13 mar. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/alem-de-russia-e-estados-unidos-saiba-quais-paises-tem-armas-nucleares/. Acesso em: 23 jun. 2025.

R7. **Saiba por que os Estados Unidos se envolvem em tantas guerras**. Notícias R7. 07 jan. 2020. Disponível em: https://noticias.r7.com/internacional/saiba-por-que-os-estados-unidos-se-envolvem-em-tantas-guerras-29062022/. Acesso em: 23 jun. 2025.

UOL. **O que foi a marcha para o oeste nos Estados Unidos?** Brasil Escola. 2025. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-marcha-para-oeste-nos-estados-unidos.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

Capítulo 7
Arte em foco: a redenção de Cam[7]

31 de julho de 2025

Categoria: *Cultura e arte.*

[7] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Arte em foco:** A Redenção de Cam. Portal Soteroprosa. 31 jul. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/arte-em-foco-a-reden%C3%A7%C3%A3o-de-cam. Acesso em: 16 dez. 2025.

Esta obra chama-se *A Redenção de Cam*, do artista espanhol Modesto Brocos (1852-1936), pintada em 1895. O quadro encontra-se no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro e tem 199x166cm. Esta obra marcou uma geração de intelectuais que almejavam o branqueamento da população brasileira. A imagem ilustrou o artigo *The metis, or half-breeds of Brazil*, de João Batista de Lacerda, representante do Brasil, apresentado no Congresso Universal das Raças em 1911, que ocorreu em Londres, para deixar evidente para a comunidade internacional, que o branqueamento estava se efetivando no Brasil. Em seu artigo, Lacerda descreveu que, no decorrer de quatro gerações, ou seja, em um século, o país já teria branqueado e os pretos teriam desaparecido da sociedade brasileira.

A pintura retrata uma senhora preta, possivelmente, uma ex-escravizada, de pele retinta, levantando as mãos para o céu, como se estivesse dando graças a Deus, em agradecimento por sua família estar embranquecendo. A sua filha, parda/mestiça, de pele mais clara, segura no colo seu neto branco. O pai da criança, homem branco, tem um sorriso de satisfação no rosto, por se considerar o responsável pelo

desejado branqueamento. A pesquisadora Tatiana Lotierzo afirma que o artista Modesto Brocos retrata o país desejado pela elite intelectual branca da época: um país que estava embranquecendo. Essa era a imagem que Lacerda queria levar para os países europeus no Congresso.

A fruta na mão da criança, representa dias melhores e graças alcançadas para um futuro melhor. Por trás da idosa, saem folhas de palmeiras, representando esperança na direção de seus descendentes embranquecidos. Até o chão da imagem tem seu significado: próximo da idosa retinta, é apenas chão de barro batido e, próximo ao homem, é um chão com pedras no calçamento, mostrando o progresso civilizatório na direção do branco.

Podemos, inclusive, entender esse desaparecimento dos negros como uma forma modificada da necropolítica de Achille Mbembe, onde o matar não é bélico, físico, mas pode ser convertido no desaparecimento, através de uma morte social e política, por meio de um projeto eugênico e higiênico-sanitarista, em alta na primeira metade do século XX. O quadro representa a síntese do almejado pela elite intelectual brasileira do final do século XIX e

início do século XX: o branqueamento da população por meio da mestiçagem. Não existe obra de arte que retrate melhor esses fenômenos sociais.

O título do quadro é inspirado na teoria camita, que afirma que Cam, filho de Noé, foi amaldiçoado, após ver o pai bêbado e nu depois da comemoração do sucesso da arca de Noé, frente ao desafio enfrentado no dilúvio. Pela maldição, os africanos e seus descendentes deveriam ser punidos e se tornar escravos dos descendentes dos seus irmãos. O quadro de Brocos aborda uma suposta rendição de Cam, sendo a raça negra eliminada do país ao longo de algumas gerações a partir de teorias raciais e políticas como o branqueamento da população, a eugenia e o darwinismo social.

Na mitologia bíblica, Noé teve 3 filhos, cada um deles sendo responsável por povoar um continente. Jafet, o primogênito, povoou a Europa, Sem e seus descendentes povoaram a Ásia e Cam, que era o filho com tom de pele mais escuro, gerou descendentes para povoar a África. Na época dessa mitologia, o continente americano ainda não fazia parte dos cálculos terrestres do planeta, o que causou um conflito entre os católicos do fim do século XV e iní-

cio do XVI para tentar justificar essa história, já que não existia outro filho de Noé que teria povoado a América.

Na idade média, a imagem dos africanos na Europa foi completamente deturpada no imaginário do povo europeu pelo desconhecimento. A teoria camita e a cartografia de Ptolomeu relegaram à África e aos africanos as piores regiões da Terra. Nos mapas da antiguidade e idade média, a Europa, cuja população descendia de Jafet, ficava à esquerda de Jerusalém e a Ásia, local dos filhos de Sem à direita, sob o olhar do observador. Ao Sul aparecia "o continente negro e monstruoso, a África. Suas gentes descendentes de Cam, o mais moreno dos filhos de Noé" e que foi amaldiçoado em uma ocasião específica (Noronha, 2000, p. 681).

Nos textos bíblicos, Cam foi punido por flagrar o pai, Noé, nu e embriagado. Desse modo, seus descendentes, os africanos, deveriam ser punidos e se tornar escravos dos descendentes dos seus irmãos. Michelangelo, no início do século XVI representou no teto da Capela Sistina a criação do mundo, entre outros quadros pintados nos afrescos está A Embriaguez de Noé, representando o momento da maldição de Cam diante do ocorrido.

Assim, Modesto Brocos apresenta *A redenção de Cam* como o desaparecimento dos descendentes de Cam com o branqueamento da população. Essa imagem ilustra a capa do livro "História da raça, mestiçagem e branqueamento da população no Brasil" do autor deste texto e colunista do Soteroprosa.

Você já tinha lido sobre isso? Conta pra gente o que achou!

Referências

IMAGEM: BROCOS, Modesto. 1895. [**A Redenção de Cam**]. Pintura, Óleo sobre tela, 199 x 166 cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

LACERDA, João Batista de. The metis, or half-breeds, of Brazil. *In*: **FIRST UNIVERSAL RACES CONGRESS**, 1911, Londres. Papers on Inter-racial problems. Londres: The World'S Peace Foundation, 1911. v. 1, p. 377-382.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Arte & Ensaios,** Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151, 2016.

NORONHA, Isabel. **A coreografia medieval e a cartografia renascentista:** testemunhos iconográficos de duas visões de mundo. História, Ciências, Saúde de Manguinhos. Nov/1999 – fev/2000, vol. 6, n. 3, p. 681-687.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares:** representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos (UCAM - Impresso), Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **História da raça, mestiçagem e branqueamento da população no Brasil.** Itapiranga: Schreiben, 2024.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. Teoria Camita. *In*: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de (org). **Dicionário racial:** termos afro-brasileiros e afins. v. 1. Curitiba: Appris, 2024.

Capítulo 8
Racismo no Brasil: estamos progredindo ou regredindo?[8]

14 de agosto de 2025

Categoria: *Sociedade.*

Você já teve a impressão de que está ocorrendo um aumento dos casos de racismo na Bahia e no Brasil? Será que estamos avançando ou retrocedendo nessas questões? Esta semana, fui indagado sobre isso, o que me provocou algumas reflexões. Siga comigo aqui!

Há muitas variáveis envolvidas nesse diálogo. Para começar, é preciso ter consciência de que, atualmente, existem câmeras de segurança e pessoas com telefones celulares a postos em (quase) todos os cantos do Brasil. Dessa forma, temos mais casos vindo à tona, viralizando nas redes sociais e sendo noticiados pela imprensa.

Segundo Cristiane Lourenço (2024), no racismo, "a cor sempre chega primeiro. Essa é a

[8] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Racismo no Brasil:** estamos progredindo ou regredindo? Portal Soteroprosa. 14 ago. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/racismo-no-brasil-estamos-progredindo-ou-regredindo. Acesso em: 16 dez. 2025.

constatação quando se examinam as conexões políticas, econômicas e sociais no país. O racismo é onipresente em nossa estrutura social, em nossa teia de convivências". Nesse sentido, é ingênuo pensar que o racismo esteja diminuindo em nossa sociedade. O que acontece é que, com o passar do tempo, temos mais pessoas sensíveis a essa causa e que passam a perceber detalhes que antes passavam despercebidos — como o racismo explícito que havia na televisão nas décadas de 1980 e 1990, quando até personagens negros eram interpretados por artistas brancas e brancos, e tudo parecia normal, existia muito racismo recreativo etc. Exemplos ocorreram em novelas como *Escrava Isaura* e *Chiquinha Gonzaga* e programas como *Os Trapalhões*, da Rede Globo de Televisão.

É inegável que, nas últimas décadas, ocorreram avanços nas políticas públicas, muitas vezes impulsionados pelos movimentos sociais. Tivemos a aprovação de leis que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, o Estatuto da Igualdade Racial, a política de cotas nas universidades e concursos, entre outras conquistas. Porém, ainda existem dificuldades na plena implementação de todas essas

políticas no cenário nacional como a falta de formação de professores e falhas nas bancas de heteroidentificação.

Outro ponto que precisa ser levado em consideração é o avanço da extrema direita nos últimos anos, que repudia pautas progressistas, de inclusão e de combate ao racismo. Apenas para citar alguns exemplos, o ex-presidente Bolsonaro referiu-se aos quilombolas utilizando medidas em arrobas, animalizando-os. Em outra ocasião, ao ser questionado sobre o que faria se um de seus filhos se envolvesse amorosamente com uma mulher negra, respondeu que seus filhos foram bem educados e isso não ocorreria. Esse avanço extremista tem estimulado constantemente seus adeptos a não sentirem mais vergonha de expressar atitudes racistas, homofóbicas, misóginas, machistas, capacitistas, entre outras formas de discriminação.

Assim, o aumento do conservadorismo, aliado muitas vezes ao fundamentalismo religioso, escancara o racismo. No entanto, as pessoas que sofrem atos racistas também aprenderam a enfrentar essas situações e a não abaixar a cabeça. Há algumas décadas, piadas em programas humorísticos ridicularizavam pessoas negras, mulheres e a população LGBTQIAPN+

(então chamada de GLS — Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Todos riam, mesmo que fosse uma risada sem graça para os integrantes desses grupos — e, ainda assim, tudo parecia normal. Hoje, esse tipo de comportamento é inaceitável para a maioria das pessoas, embora ainda seja incentivado pela extrema direita e seus seguidores.

O racismo anda de mãos dadas com a branquitude. O intelectual Lourenço Cardoso classifica a branquitude em crítica e acrítica. Para ele, a primeira é estudada pela literatura científica e refere-se ao estudo do indivíduo branco que desaprova publicamente o racismo, sendo aliado da pauta antirracista. Quando ocorrem "deslizes" e o racismo é cometido, vem a público pedir desculpas ou emite notas de repúdio a qualquer tipo de preconceito. A vertente acrítica refere-se à branquitude individual ou coletiva que sustenta o argumento em prol da supremacia racial branca. "A branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos" (Cardoso, 2010, p. 611).

Organizações neonazistas e neofascistas, grupos extremistas e seguidores da extrema direita são alguns exemplos de grupos de bran-

cos que defendem a supremacia racial branca como uma superioridade inata/natural, histórica e inquestionável. A justificativa biológica não se sustenta mais na atualidade, porém a História legitima a sua superioridade (Sousa Junior, 2025).

> O discurso principal dessa branquitude, ou melhor branquitude acrítica sustenta-se na idéia de existência de uma superioridade racial branca, apesar dessa ideologia ser francamente desautorizada e rechaçada pela comunidade internacional. (Cardoso, 2010, p. 621).

A branquitude acrítica, quando atua de forma branda, tenta inserir-se em espaços democráticos utilizando discursos racistas disfarçados de nacionalistas ou sob pretexto de liberdade de expressão. De modo geral, os indivíduos da branquitude acrítica não se consideram racistas, pois, na condição de brancos, eles são naturalmente superiores aos não-brancos.

Em alguma medida, vemos pessoas pretas, homossexuais, mulheres, imigrantes e outros grupos atacados pela extrema-direita figurando como seus adeptos ferrenhos, como o de-

putado federal Hélio Lopes (Partido Liberal), a influenciadora Jojo Todynho, o maquiador Agustin Fernandez (maquiador de Michelle Bolsonaro) e a deputada federal que se autodeclara indígena, Silvia Waiãpi. Nesses casos, para além da consciência de classe e de raça, o que se observa é que esses indivíduos foram cooptados pela branquitude acrítica e não se reconhecem como membros das comunidades afetadas. Contudo, eles jamais ocuparão o mesmo lugar do padrão extremista: homem, branco, hétero, cisgênero — sendo sempre vistos como coadjuvantes, utilizados apenas como números, exemplos (exceções em verdade) ou símbolos de massa de manobra nos discursos e atitudes políticas.

Esses fatores podem estar contribuindo para o aumento das estatísticas de casos de racismo no Brasil. O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicado em 2024, apontou um crescimento de 127% nos registros de boletins de ocorrência por racismo em 2023, em comparação com 2022 (Jornal de Brasília, 2024). Uma pesquisa do Datafolha, realizada em novembro de 2024, revelou que 45% dos brasileiros acreditam que o racismo aumentou — percepção ainda maior entre a população

negra (Alves, 2024). Esse aumento está relacionado não apenas a uma maior conscientização sobre o problema, mas também ao crescimento do conservadorismo e da extrema-direita, além de uma maior disposição das pessoas em denunciar os casos de racismo.

Apenas pelo Disque 100 foram mais de 3,4 mil denúncias que abrangem mais de 5,2 mil violações de cunho racial de janeiro ao início de novembro de 2024. O número é superior ao de 2023, que registrou 3,1 mil denúncias de racismo e injúria racial e 4,6 mil violações. Já em 2022, o serviço foi menos acionado, com 1,8 mil denúncias e 2,3 mil violações, seguidas por 1,4 mil denúncias e 1,4 mil violações em 2021 (MDHC, 2024).

Desde sua origem, o racismo sempre esteve presente — e agora não é diferente. Ao contrário: está mais forte diante do extremismo em alta no país.

Sigamos juntos na luta antirracista!

Referências

ALVES, Beatriz. **Datafolha: 59% dos brasileiros acreditam que a maioria da população é racista**. CNN Brasil. 20 nov. 2024. Disponí-

vel em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/datafolha-59-dos-brasileiros-acreditam-que-a--maioria-da-populacao-e-racista/ Acesso em: 01 ago. 2025.

CARDOSO, Lourenço**.** Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti--racista. **Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**. v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Registros de casos de racismo aumentaram 127% no Brasil em 2023;** injúria racial também cresce. 18 jul. 2024. Disponível em: https:// jornaldebrasilia.com.br /noticias/brasil/registros-de-casos--de-racismo-aumentaram -127-no-brasil-em--2023-injuria-racial-tambem-cresce/. Acesso em: 01 ago. 2025.

LOURENÇO, Cristiane. Racismo. *In*: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Dicionário racial:** termos afro-brasileiros e afins. v. 1. Curitiba: Appris, 2024. p. 213-215.

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Mais de 5,2 mil violações de**

racismo e injúria racial foram registradas pelo Disque 100 em 2024. Gov.br. 22 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mais-de-5-2-mil-violacoes-de-racismo-e-injuria-racial-foram-registradas-pelo-disque--100-em-2024. Acesso em: 01 ago. 2025.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **"Branco com branco, preto com preto":** contribuições da educação eugênica para a branquitude no Brasil (1909-1945). 2025. 329 f. Tese (doutorado) - Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025.

Capítulo 9
Você sabe o que é genocídio?[9]

04 de setembro de 2025

Categoria: *História.*

O *Dicionário Aurélio* apresenta o genocídio como um "crime contra a humanidade, que consiste em, com intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças de um grupo para outro".

Já o *Dicionário Houaiss* ainda complementa afirmando que é um "extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso. Destruição de populações ou povos. Aniquilamento de grupos humanos, o qual, sem chegar ao assassínio

[9] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Você sabe o que é genocídio?** Portal Soteroprosa. 04 set. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9-genoc%C3%ADdio. Acesso em: 17 dez. 2025.

em massa, inclui outras formas de extermínio, como a prevenção de nascimentos, o sequestro sistemático de crianças dentro de um determinado grupo étnico e a submissão a condições insuportáveis de vida".

O termo foi criado em 1944 por Raphael Lemkin. O Artigo 2° da *Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (CPRCG)* da ONU de 1948 define genocídio como "os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo" (ONU, 2005).

Diversos genocídios já ocorreram ao longo da história da humanidade, principalmente, embora não exclusivamente, em processos de colonização. Os maiores registros estão relacionados aos povos indígenas das Américas. De acordo com um relatório divulgado pelo Ministério da Defesa da Bélgica, o maior genocídio da história vitimou (e ainda vítima) os

indígenas da América do Norte, com mais de 15 milhões de mortos ao longo de 500 anos, seguido pelos cerca de 14 milhões de indígenas mortos na América do Sul no mesmo período (Crols, 2004).

Para citar outros exemplos: em Ruanda, no ano de 1994, extremistas hutus assassinaram aproximadamente 800 mil tutsis e hutus moderados. Entre 1915 e 1923, o governo Otomano exterminou entre 800 mil e 1,8 milhão de armênios, grupo minoritário dentro de sua pátria histórica, localizada no que hoje corresponde à Turquia. No final do século XIX, no Congo, que era uma possessão particular do rei belga Leopoldo II, administrada por uma empresa denominada Associação Internacional do Congo, cerca de 5 milhões de nativos foram mortos em menos de 15 anos. Além disso, foram promovidas amputações, sequestros, açoitamentos, estupros, torturas, esquartejamentos e outras atrocidades (Lopes, 2021).

O termo genocídio ganhou destaque na mídia a partir de 2023 em razão da ofensiva militar de Israel na Faixa de Gaza contra os palestinos, sob a justificativa de que o massacre e a destruição seriam necessários para a eliminação do grupo terrorista Hamas. No entanto, a

ambição israelense pelos territórios palestinos ocorre há décadas, incluindo a tomada de terras, a expulsão de palestinos de suas casas e a criação de assentamentos de colonos israelenses que posteriormente são transformados em bairros e cidades do país. Atualmente, grande parte do território palestino estabelecido pela ONU já se encontra sob o controle de Israel.

Em 10/11/2023, no programa *Estúdio i*, da *GloboNews*, jornalistas e comentaristas criticaram Celso Amorim (Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil) por afirmar que Israel estaria cometendo um genocídio na Faixa de Gaza, em razão das inúmeras mortes de crianças, mulheres e civis no conflito armado, que à época já somavam cerca de 13 mil. A crítica dirigida a Amorim baseou-se no argumento de que o termo poderia ser substituído por massacre, assassinatos ou crimes de guerra. Alegaram que "genocídio" estaria sendo empregado de forma inadequada, citaram exemplos históricos e explicaram que esse fenômeno ocorre quando há uma redução significativa de determinada etnia ou uma ação deliberada que vise ao extermínio de um povo. Mencionaram, como exemplo, o tratamento dado aos indígenas Yanomami durante o gover-

no Bolsonaro. Ressaltaram ainda que aplicar o termo genocídio ao que Israel fazia (e ainda faz) contra a Palestina poderia banalizar a utilização (com exceção da jornalista Flávia Oliveira, que apresentou algumas ressalvas quanto a esse ponto).

A África do Sul, em 2023, entrou com representação no Tribunal Internacional de Justiça afirmando que o movimento realizado por Israel contra os palestinos configura **genocídio**. Israel é um país fundado no final da década de 1940 por judeus, com apoio da ONU, após o Holocausto nazista que vitimou mais de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. O país evita, a qualquer custo, que a palavra genocídio seja atribuída a seus atos, já que, há 80 anos, sofreu genocídio no maior conflito armado do planeta, que modificou contornos geopolíticos e sociais do Ocidente.

Esse equívoco na atribuição do termo é mais comum do que se imagina. Muitas pessoas, por vezes, empregam-no incorretamente, o que, nos dias atuais, em que as informações são disseminadas com rapidez, pode prejudicar a compreensão do conceito e favorecer a propagação de notícias falsas. No documentário *8 de janeiro — a democracia resiste*, dirigido

e roteirizado pelos jornalistas Júlia Duailibi e Rafael Norton e exibido na *GloboNews*, aos 54 minutos e 16 segundos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao explicar por que concordou em não prender os golpistas do 8 de janeiro de 2023 na própria noite do ocorrido, preferindo deixá-los para o dia seguinte pela manhã, afirmou que não queria que houvesse um genocídio nos acampamentos, embora já tivesse utilizado o termo chacina em outro momento da produção. É evidente que a palavra foi mal-empregada por Lula, visto que, diante das circunstâncias e das definições apresentadas neste texto, o episódio não poderia ser caracterizado como genocídio. Diferente, porém, de sua posição sobre a população de Gaza, quando reiteradamente declarou tratar-se de um genocídio, neste caso, aplicando corretamente o termo.

Israel declarou o presidente Lula como *persona non grata* em fevereiro de 2024, após o brasileiro comparar as ações de Israel na Faixa de Gaza ao extermínio de judeus na Segunda Guerra Mundial. Na ocasião, já haviam sido registrados cerca de 24 mil mortos em apenas quatro meses de conflito. Até o fechamento deste texto, a ofensiva seguia intensamente e já somava mais de 62 mil mortos em quase dois

anos de confrontos. Nos meses seguintes, Lula fez novas declarações nas quais voltou a empregar o termo genocídio para se referir ao que ocorre em Gaza.

Aos poucos, tem surgido um tímido movimento contracolonial de reconhecimento de genocídios por países que foram protagonistas da colonização. A Alemanha, por exemplo, reconheceu em 2021 que cometeu um genocídio na Namíbia em que os colonizadores mataram mais de 70 mil pessoas. Como contrapartida, comprometeu-se a apoiar o país com 1,1 bilhão de euros ao longo de um período de 30 anos e deve beneficiar de maneira prioritária os descendentes das duas etnias. Ao menos 60 mil hereros e quase 10 mil namas foram assassinados entre 1904 e 1908.

Voltando a Israel, sua ofensiva continua. E você, diante deste texto e do que compreende sobre o conceito de genocídio, considera adequado atribuir essa palavra às ações que ocorrem em Gaza?

Referências

CROLS, Bart. **Relatório de massacres -** Américas abrigam maiores genocídios da histó-

ria, diz lista belga. Uol - atualidades. 2004. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/relatorio--de-massacres-americas-abrigam-maiores-genocidios-da-historia-diz-lista-belga.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

LOPES, Mariana. **Congo Belga:** a brutalidade transformada em genocídio. AGEMT notícias. 23 nov. 2021. Disponível em: https://agemt.pucsp.br/noticias/congo-belga-brutalidade-transformada-em-genocidio. Acesso em: 31 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio**. 02 nov. 2005. Disponível em: https://web.archive.org/web/20051102223256/http://www.ohchr.org/english/law/genocide.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

TRAVERSO, Enzo. **Gaza perante a história.** Lisboa: Antígona, 2025. Tradução de Pedro Morais.

Capítulo 10
Crimes televisionados: da presidência à condenação[10]

11 de setembro de 2025

Categoria: *Política.*

Acabamos de acompanhar a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro, que também segue inelegível. Nos seus quatro anos de governo acompanhamos crimes sendo televisionados em tempo real pelo mandatário e seus correligionários. Vivenciamos Ministra dos Direitos Humanos sendo contra Direitos Humanos de algumas pessoas, Presidente da Fundação Palmares sendo contra negros, Ministro da Educação sucateando universidades e institutos pelo país, Ministro do Meio Ambiente passando a boiada em legislações ambientais a favor do agro, reiterados ataques às instituições democráticas e às urnas eletrônicas, a reunião com embaixadores de todo o mundo levando vergonha nacional para todo o globo

[10] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Crimes televisionados:** da presidência à condenação. Portal Soteroprosa. 11 set. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/crimes-televisionados-da-presid%C3%AAncia-%C3%A0-condena%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 17 dez. 2025.

e inúmeras lives com verborragias preconceituosas e de caráter nazi-fascista são apenas alguns exemplos. O inelegível desafiava as instituições democráticas constantemente e estimulava manifestações antidemocráticas e motociatas por todo o país à custa dos cartões corporativos, como ocorreu em uma motociata em Salvador em que em poucas horas foi gasto cerca de 20 mil reais em uma delicatessen. Milhares de pessoas eram reunidas sem uso de máscaras mesmo na emergência global em decorrência do coronavírus.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a gestão da pandemia recomendou o indiciamento de Bolsonaro por vários crimes, entre eles: prevaricação, charlatanismo, e omissão que teria colaborado para agravamento da epidemia. O relatório apontou decisões e omissões da Presidência que, segundo os autores do relatório, contribuíram para a propagação do Sars-CoV-2 e para o número elevado de mortes. Bolsonaro e seu Ministro da Saúde negligenciaram a compra de vacinas, pois acreditavam na imunidade de rebanho, que era o incentivo à contaminação da população para adquirirem a imunidade natural, porém, com mais risco de mortes. Resultado: o Brasil pos-

sui uma das maiores quantidades de mortos por Covid-19 em relação à proporção populacional.

Investigações da Polícia Federal, do Ministério Público e investigação judicial, vinculadas à apuração das tentativas de deslegitimar o resultado eleitoral, apontaram campanhas de desinformação sobre a urna eletrônica, pedidos de alteração de regras e pressões sobre as Forças Armadas e o TSE. Essas ações são parte do pano de fundo das acusações de tentativa de abalo institucional.

As invasões e depredações dos prédios públicos em Brasília (08/01/2023) praticadas por apoiadores de Bolsonaro após sua derrota eleitoral, impulsionaram investigações sobre quem teria incentivado, organizado ou facilitado a ação. A PGR e a Polícia Federal vincularam elementos desses eventos a grupos que divulgaram informações e mobilizações antes e depois da eleição. Essas apurações culminaram em ações penais que chegaram ao STF.

A ação penal mais adiantada (frequentemente mencionada como "núcleo crucial" ou "núcleo 1" da trama) e que acaba de ser sentenciada em condenação, acusou Bolsonaro de participação em organização criminosa armada, tentativa de abolir a ordem democrática e

o Estado de democrático de Direito por meios violentos e crimes conexos ligados às articulações que precederam e seguiram a eleição de 2022, incluindo difusão de desinformação sobre urnas e mobilizações que terminaram nas depredações na Praça dos Três Poderes.

Bolsonaro e sete aliados (núcleo crucial), respondem por: organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado por violência e grave ameaça e por deterioração de patrimônio tombado. Por se tratar de fatos ocorridos no exercício da Presidência ou por envolver autoridades com prerrogativa de foro na época, várias das peças processuais relacionadas a tentativas de golpe e crimes conexos chegaram ao Supremo. O STF passou a julgar ações penais que alcançam Bolsonaro e outros réus vinculados ao "núcleo" da trama.

Enquanto isso, adeptos da extrema direita seguem a ginástica mental em distorcer fatos a partir de recortes da realidade, como a negação de que houve tentativa de golpe, pois não ocorreu revolta armada, por exemplo. Uma analogia ao pensamento deles, pode ser vista no livro de Otávio Paes, *Labirinto da Solidão*, em que narra que quando Colombo chegou aqui por es-

sas terras, os indígenas não tiveram cognição para representar em sua mente uma imagem do que viam naqueles navios e pessoas, fatos que eram absolutamente incompatíveis com tudo que eles já conheciam, com o quadro mental de uma cultura que não tinha elementos para visualizar aquelas caravelas. A gente só vê o que tem cognição para ver, não tem como discutir com quem tem uma visão de mundo, uma percepção como cosmovisão que só permite enxergar o que está escrito na cognição como recortes da realidade e não o que existe de verdade. Infelizmente essas pessoas estão aí e enquanto cristãs continuam adorando o Estado de Israel, que odeia cristãos, vangloriando a bandeira estadunidense em plena comemoração da independência do Brasil.

O julgamento no STF é, além de jurídico, evento de repercussão política e simbólica, afinal trata da responsabilidade de um ex-presidente da República e de militares de altas patentes por ameaças à ordem democrática. A evolução do caso mostra como investigações da CPI, Polícia Federal e Procuradoria Geral da República foram convertidas em ação penal de grande vulto, com questionamentos sobre o papel das Forças Armadas, aliados políticos e redes digitais.

Por anos assistimos, atônitos, a esses crimes sendo praticados e transmitidos sem o menor pudor e agora, enfim, os maiores responsáveis começarão a pagar. Pela primeira vez na história do país um ex-presidente está sendo condenado por tentar dar um golpe. Parece que a máxima autoritária, fascista e eugenista que diz "bandido bom é bandido morto/preso", tão aclamada pela extrema direita, será revista no recorte da realidade de seus pares, não é mesmo?

Referências

BRITO, Ricardo; MAGALHÃES, Luciana Novaes. **Two Brazil Supreme Court justices vote to convict Bolsonaro for coup attempt**. Reuters. 10 set. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/two--brazil-supreme-court-justices-vote-convict--bolsonaro-coup-attempt-2025-09-09/. Acesso em: 10 set. 2025.

CARVALHO, Eric Luis; SOUZA, João. **Bolsonaro gastou R$ 19 mil no cartão corporativo em ida única a delicatessen de Salvador**. G1 - Bahia. 13 jan. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/01/13/

bolsonaro-gastou-r-19-mil-no-cartao-corporativo-em-uma-unica-ida-a-delicatessen-de-salvador.ghtml. Acesso em: 10 set. 2025.

LOBATO, Gisele; MENEZES, Luís Fernando; FAUSTINO, Marco; MANGABEIRA, Milena. **No STF, Bolsonaro mente ao responder acusações de fraude e golpismo**. Aos Fatos. 10 jun. 2025. Disponível em: https://www.aosfatos.org/noticias/no-stf-bolsonaro--mente-ao-responder-acusacoes-de-fraude-e--golpismo/. Acesso em: 10 set. 2025.

PHILLIPS, Tom. **First two Brazilian judges vote to convict Jair Bolsonaro in coup plot trial**. The Guardian. 09 set. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2025/sep/09/brazil-jair-bolsonaro-trial. Acesso em: 10 set. 2025.

RICHTER, André. **STF abre ação penal contra Bolsonaro e mais 7 réus por trama golpista**. Agência Brasil. 11 abr. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-04/stf-abre-acao-penal-contra--bolsonaro-e-mais-7-reus-por-trama-golpista. Acesso em: 10 set. 2025.

Capítulo 11
O desserviço de *Vale Tudo* com a adoção no Brasil[11]

02 de outubro de 2025
Categorias: *Cultura e Arte, Sociedade.*

Nas últimas semanas, acompanhamos na novela *Vale Tudo*, exibida pela Rede Globo de Televisão, em horário nobre, um desserviço em relação ao tema da adoção no Brasil. As personagens Laís (Lorena Lima) e Cecília (Maeve Jinkings) são casadas e adotaram Sarita (Luara Telles), em um processo de adoção tardia, termo geralmente utilizado para se referir à adoção de crianças com mais de três anos de idade.

A trama vinha retratando a adoção de forma leve e sensível, destacando o amor presente na família, bem como avanços e aprendizados da criança. Na semana passada, no entanto, a autora Manuela Dias decidiu inserir o genitor biológico na narrativa (utilizamos aqui o termo "genitor", e não "pai", por entendermos que a palavra "pai" não se aplica a essa relação). O

[11] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **O desserviço de Vale Tudo com a adoção no Brasil.** Portal Soteroprosa. 02 out. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/o-desservi%C3%A7o-de-vale-tudo-com-a-ado%C3%A7%C3%A3o-no-brasil. Acesso em: 17 dez. 2025.

personagem surgiu com a justificativa de que o juizado teria fornecido o endereço das mães, alegando querer conhecer a filha.

Sabemos que a novela é uma obra ficcional, aberta, que vai sendo modificada conforme as reações do público e os desejos dos autores e da cúpula da emissora. No entanto, o que poderia ter sido uma representação positiva, a adoção tardia por um casal de mulheres lésbicas, acabou se transformando em um desserviço e em desinformação (*fake news*). Isso porque a legislação brasileira proíbe que a família destituída da guarda da criança tenha acesso aos contatos e ao endereço da nova família adotiva.

Nesse sentido, se a autora da novela desejava inserir esse enredo na trama, deveria ter deixado claro que se tratava de um ato ilícito. Assim, se o genitor conseguiu o endereço das mães de Sarita, isso só poderia ter ocorrido por meio de alguma falcatrua. Entretanto, a narrativa se desenvolveu de forma natural, como se fosse comum o juizado entregar o endereço da família adotiva para que o genitor pudesse "tomar um café e comer um bolinho".

Para agravar a situação, Laís e Cecília discutem na trama, pois uma delas aprovou o contato da filha com o genitor e afirmou à esposa:

"Como vamos impedir um pai de ver uma filha?" Essa frase é problemática, pois ele não é pai. Não existe "pai" ou "pai biológico" em uma relação lesbiana; e, se ele aparecesse, deveria sim ser impedido de ver a menina. Além disso, Cecília recorreu a um advogado, que apoiou o contato de Sarita com o genitor afirmando que a menina teria direito em conhecer suas origens. Como assim??? Aparentemente, a trama em torno do núcleo será ainda mais movimentada com a inserção do novo personagem. Resta acompanhar e esperar que as informações sejam apresentadas de forma responsável, deixando claro os atos ilícitos cometidos.

No Brasil, a preferência pela adoção recai sobre crianças mais novas. As mais velhas, que podem ser acolhidas por meio da adoção tardia, permanecem nos abrigos espalhados pelo país. Nesse sentido, a novela, que poderia servir como estímulo à adoção tardia, acaba reforçando estigmas inadequados, como a ideia de que a família de origem da criança poderia reaparecer a qualquer momento. Tal narrativa, em vez de incentivar, pode afastar possíveis famílias interessadas em participar do processo de adoção.

De acordo com a legislação brasileira, o Estado deve esgotar todas as possibilidades de

que a criança seja adotada por algum membro da família, como uma tia ou um avô, antes de disponibilizá-la para adoção. Apenas após esse processo, a criança é incluída no Cadastro Nacional de Adoção e segue trâmites legais bem definidos. Em nenhuma circunstância os contatos ou endereços podem ser compartilhados entre a família que perdeu a guarda e a nova família adotiva. Esses dados são confidenciais e protegidos por lei.

A problemática está na forma como a temática é abordada, a partir da percepção equivocada sobre práticas reais, regulamentadas por uma legislação sólida no Brasil. Tais distorções geram ruídos e comprometem a compreensão dos atos relacionados à adoção no país.

Sou pai por adoção em uma relação homoafetiva e me senti ofendido e violentado pela desinformação apresentada sobre o tema. Jamais permitiria qualquer contato da genitora com minha filha e tomaria todas as medidas cabíveis para salvaguardar nossos direitos enquanto pais, visto que o nosso processo de adoção seguiu todos os trâmites legais.

E você, o que acha? Consegue identificar os problemas nessa abordagem ou considera tudo normal? E se fosse com você e sua família, qual seria a sua reação?

Capítulo 12
Ladrão que rouba ladrão: o roubo no Louvre[12]

23 de outubro de 2025

Categorias: *Ciência, História.*

No último domingo fomos surpreendidos pelo roubo de jóias no Museu do Louvre. Localizado em Paris, nas margens do rio Sena, um dos maiores museus do mundo. Em uma ação que durou menos de 7 minutos, os bandidos colocaram um caminhão com uma espécie de guindaste, acessaram uma das salas e levaram menos de 10 jóias que pertenceram a Napoleão III e sua esposa, a imperatriz Eugênia, avaliadas em mais de 500 milhões de euros. Esse não foi o único roubo do Louvre e, provavelmente, não será o último. Foram inúmeros os roubos já sofridos, inclusive a *Monalisa* de Leonardo da Vinci, considerada por muitos a obra de arte mais valiosa do mundo, já foi roubada do museu em 1911, e recuperada dois anos depois.

[12] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Ladrão que rouba ladrão:** o roubo no Louvre. Portal Soteroprosa. 23 out. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/ladr%C3%A3o-que-rouba-ladr%C3%A3o-o-roubo-no-louvre. Acesso em: 17 dez. 2025.

Depois desse roubo, já que estamos em 2025 e temos um pouco mais de consciência decolonial, podemos agora indagar: E sobre os roubos que o próprio Louvre abriga há séculos? Lá no museu existem milhares, quiçá milhões, de itens que foram saqueados durante guerras, "missões científicas" e colonizações do passado e hoje estão em exibição atraindo turistas e gerando milhões de euros em renda para o país, como o Código de Hamurabi, uma das leis mais antigas da humanidade, que foi levado da Mesopotâmia para a França para estudo e nunca foi devolvido. A peça encontra-se no Louvre. Ou seja, mesmo após o processo de colonização ter terminado, países coloniais, como a França e tantos outros, seguem ganhando dinheiro com seus roubos de outrora.

Muitos museus europeus, inclusive, nasceram do saque colonial e continuam legitimando esse passado. Artefatos de países da África, Ásia e Américas pertencem a inúmeros museus pelo mundo colonial. Você já ouviu falar das estátuas Moai da Ilha de Páscoa? A Ilha fica na Oceania, pertence ao Chile e abriga mais de oitocentas dessas estátuas. Só existe um Moai fora do Chile, e para surpresa de zero pessoas, ele se encontra em um museu

de país colonial: Museu Britânico em Londres (Inglaterra).

Pelo mundo, há movimentos de solicitações de itens roubados no passado. A Grécia solicita há décadas a devolução de estátuas de mármore que foram saqueadas no período da ocupação otomana e encontram-se no Museu Britânico. Muitos países africanos reivindicam seus tesouros, como os bronzes do Benin que estão no Museu Britânico (olha ele de novo!); os leões empalhados do Quênia que encontram-se no Museu Field em Chicago, nos Estados Unidos; a escultura de madeira da Rainha Bangwa é reivindicada pelo povo Bangwa de Camarões e encontra-se em poder da Fundação Dapper em Paris; os tesouros de Magdala da Etiópia que encontram-se no Museu Victoria and Albert no Reino Unido; esculturas em pedra sabão que representam símbolos do Zimbábue que estão na Alemanha e Reino Unido e a Pedra de Roseta, um fragmento de rocha que possui a inscrição de um texto em três idiomas: grego, hieróglifo e demótico egípcios. A partir do texto tolhido na rocha, foi possível que pesquisadores pudessem entender a escrita em hieróglifos do Egito Antigo. A pedra encontra-se no Museu Britânico em Londres (sim, ele de novo!).

Há um tímido movimento de devolução nos últimos anos, como o manto Tupinambá que em 2024 foi repatriado do Museu Nacional da Dinamarca e agora se encontra no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Também em 2024, centenas de artefatos indígenas retirados ilegalmente e mantidos em um museu na França foram repatriados para o Brasil. O conjunto de 585 objetos incluía máscaras, cocares, mantos e instrumentos musicais de mais de 50 etnias, e foi entregue ao Museu Nacional dos Povos Indígenas, no Rio de Janeiro. Os processos de repatriação são demorados, incluem negociações complexas e cheia de termos a serem cumpridos, além da colaboração entre governos, museus e organizações como a ONU e a UNESCO, que são responsáveis por promover a proteção do patrimônio cultural e o combate ao tráfico ilícito de bens e obras de arte.

Diante de toda a repercussão internacional com o roubo do Louvre, fica a reflexão de que quando o Louvre é roubado, o mundo se revolta, mas quando o Louvre roubou o mundo, chamaram de civilização. Até que ponto podemos sentir um sabor de vingança quando algum "Robin Hood" rouba artefatos de museus de nações coloniais? Quem tem o direito

de guardar a memória da humanidade, os povos que criaram as obras ou os que as roubaram em nome da "civilização"? Por que chamamos de "patrimônio da humanidade" aquilo que foi saqueado de outras culturas? É plausível que o "prestígio cultural" de museus europeus exista justamente à custa da espoliação de outros povos? Quando um país que foi colonizado exige de volta o que lhe foi tomado, por que o mundo chama isso de revanchismo e não de justiça? Se o roubo de hoje é crime, por que o roubo do passado é considerado herança cultural?

Referências

BBC NEWS BRASIL. **Como os britânicos levaram as esculturas do Partenon, que a Grécia tenta recuperar**. 01 jan. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-59673475. Acesso em: 23 out. 2025.

LIME, Ashley. **Os tesouros roubados da África que foram parar em museus da Europa e dos EUA**. BBC News Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-46335947. Acesso em: 23 out. 2025.

Capítulo 13
Que cidade maravilhosa é essa? Necropolítica e massacre no RJ[13]

29 de outubro de 2025

Categoria: *Política.*

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida internacionalmente como a "cidade maravilhosa, cheia de encantos mil", como dizem os versos da canção Cidade Maravilhosa, escrita por André Filho em 1935 e entoada como marchinha de carnaval até os dias de hoje.

O dia 28 de outubro de 2025 foi marcado por uma operação policial que resultou em muitas mortes, em um massacre que não tem nada de maravilhoso. Até o fechamento deste artigo, já haviam sido registradas mais de 130 mortes. Para surpresa de alguns e como esperado por outros, o governador bolsonarista do Rio de Janeiro, Cláudio Castro do PL (Partido Liberal), descreveu a operação como um sucesso e, sem apresentar provas, afirmou

[13] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Que Cidade Maravilhosa é essa? Necropolítica e massacre no RJ**. Portal Soteroprosa. 29 out. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/que-cidade-maravilhosa-%C3%A9-essa-necropol%C3%ADtica-e-massacre-no-rj. Acesso em: 17 dez. 2025.

que as únicas vítimas da chacina foram alguns policiais, que todos os demais eram bandidos. Como pode ser considerada um sucesso uma operação que matou mais de 130 pessoas? As cenas que assistimos, estarrecidos, no conforto de nossos lares, pareciam cenas de guerra, semelhantes às que costumamos ver nos noticiários sobre Gaza ou Ucrânia. Apenas para efeito de comparação, em Gaza, uma região de um país que está em guerra, morreram no mesmo dia 28 de outubro de 2025 um total de 104 pessoas e o famoso massacre do Carandiru contou com 111 mortos em 1992.

Os ultraconservadores / extremadireitistas costumam defender a máxima de que "bandido bom é bandido morto". No entanto, quem são os chamados bandidos? Em sua maioria, são pessoas pretas e pardas, moradoras das favelas e comunidades do nosso país. Será que aqueles que repetem essa frase também desejam ver mortos os bandidos de colarinho branco? Os criminosos engravatados de Brasília ou da Faria Lima? Esse tipo de pensamento representa um atentado aos Direitos Humanos e à Constituição Federal, visto que, no Brasil, não existe pena de morte. E antes que eu me esqueça: bandido bom é bandido ressocializa-

do! Ou será que acreditam que todos escolhem essa vida por vontade própria? Muitas vezes, é apenas a opção mais viável, mais fácil e até "natural" dentro do contexto em que foram criados.

Necropolítica é um conceito criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe que traz o fazer morrer patrocinado pelo Estado e instituições governamentais, também chamado como Estado da morte. Para pensar este conceito, o filósofo camaronês fez um deslocamento da biopolítica de Michel Foucault para o período colonial e afirmou que a escravidão moderna foi a primeira experiência biopolítica atravessada pela necropolítica, que promoveu um repovoamento do mundo a partir da brutalidade colonizadora no Ocidente.

Nesse conceito, a soberania se expressa predominantemente como o direito de matar. É justamente esse direito de matar que Mbembe relaciona com a escravidão negra no ocidente. Era possível matar sem que causasse comoção entre alguns, era possível matar sem que existisse um direito ao luto, era preciso matar alguns para o bem viver de outros. Percebe como esse tema tem uma estreita relação com o massacre do Rio de Janeiro?

O filósofo fala da morte como espetáculo público. Em um contexto, em que a decapitação é vista como menos humilhante do que o enforcamento, e as inovações nas tecnologias de assassinato visam, não só "civilizar" os caminhos da morte, mas também eliminar um grande número de vítimas em espaço relativamente curto de tempo. Novamente, a relação com a chacina do Rio de Janeiro é inevitável. O espetáculo é tão público, que o governador do Estado atribui o termo "sucesso" como resultado dessa operação letal.

Para Mbembe (2016, p. 131), a vida de um escravo, em muitos aspectos, era uma forma de morte em vida, em que "a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um "lar", perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral)". Essa morte, no massacre aqui comentado, extrapola a questão social e vai também para a questão física.

Para o filósofo "o escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em 'estado de injúria', em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos" (Mbembe, 2016, p. 131).

Exatamente como acontece nas favelas e comunidades do Rio de Janeiro e em todo o país.

A respeito do sistema colonial, Mbembe diz que

> as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos - a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização. (Mbembe, 2016, p. 133).

O direito soberano de matar não estava sujeito a qualquer regra nas colônias, lá, o soberano poderia matar em qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não era sujeita a normas legais e institucionais. Para o filósofo, "se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas" (Mbembe, 2016, p. 145). Ou seja, as colônias do texto de Mbembe são as favelas atualmente, onde não há regras, onde os Direitos Humanos são negligenciados, onde a morte tem cor e não é branca.

Pois bem, o que vivenciamos no Rio de Janeiro é a manifestação mais visceral da ne-

cropolítica. É desonesto e perverso acreditar que na favela existem apenas criminosos. Nas favelas há muitas pessoas trabalhadoras, que resistem diariamente ao terem de lidar, de um lado, com o tráfico e as milícias e, de outro, com o Estado assassino. A favela apenas deseja viver, existir e resistir, mesmo sendo constantemente atacada e exterminada por esse Estado em um contexto necropolítico. Cumpre salientar que sou contra o crime organizado, mas a favor da vida. O Ministério dos Direitos Humanos emitiu uma nota em suas redes sociais afirmando que o crime organizado deve ser combatido com inteligência e com a preservação da vida.

Você percebe essa relação entre a necropolítica e o Estado assassino do Rio de Janeiro? E antes que pense que essa é uma realidade distante, saiba que operações semelhantes ocorrem em todos os estados do país. Quando o Estado age com tanta letalidade nas favelas, qual é o real papel do "monopólio da violência" que lhe é atribuído pela constituição: proteção ou extermínio? Se a favela é apresentada por alguns poderosos como "terreno sem lei", em que medida essa narrativa justifica, para o Estado, atos de violência massiva que seriam

proibidos em comunidades de classe média ou alta? Quando membros de favelas dizem "queremos viver, não queremos morrer", a quem estão dirigindo esse pedido — ao criminoso, à milícia ou ao Estado que atira? Qual seria a resposta institucional aceitável se 130 pessoas negras morressem numa operação em bairro de classe média? Será que seria tratada como "mera estatística" ou "escândalo nacional"? Se o massacre aconteceu "em nome da ordem pública", qual é o preço que a ordem pública cobra de vidas humanas — e quem está pagando esse preço? Essas são algumas questões para refletirmos.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. 269p. Tradução de: Maria Ermantina Galvão.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Petropólis: Vozes, 2014. 302 p. Tradução de Raquel Ramalhete.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Arte & Ensaios,** Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151, 2016.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de; LOPES, Henrique Arthur. A necropolítica na história do negro no Brasil: escravidão, pós-abolição e eugenia. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 143–158, 2024. DOI: 10.62236/missoes.v9i2.84. Disponível em: https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/84. Acesso em: 29 out. 2025.

Capítulo 14
Entenda de quem é a responsabilidade pela segurança pública[14]

06 de novembro de 2025

Categoria: *Política.*

Após a operação policial mais letal do Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro em 28 de outubro de 2025, o debate sobre segurança pública foi reacendido e passou a dominar as ruas, redes sociais e conversas nas esquinas e residências de todo o país. Você sabe qual é a responsabilidade de cada governo: federal, estadual e municipal? Vamos compreender a função de cada nível de governo no assunto. Para começar, é importante entender que a segurança pública no Brasil é dever da União, dos Estados e dos Municípios, com ênfase nas ações federais e estaduais.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, pasta vinculada ao Poder Executivo Federal, define políticas públicas e diretrizes nacio-

[14] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Entenda de quem é a responsabilidade pela Segurança Pública.** Portal Soteroprosa. 06 nov. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/entenda-de-quem-%C3%A9-a-responsabilidade-pela-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica. Acesso em: 17 dez. 2025.

nais que devem ser seguidas por todos os entes federativos. O Plano Nacional de Segurança Pública deve ser atualizado com frequência e estabelecer normas gerais sobre segurança e o sistema penitenciário federal. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) é o órgão responsável por promover a integração e a coordenação entre as diferentes esferas governamentais e agências de segurança diante dos desafios do setor, como a prevenção de crimes, o combate à violência e a capacitação de profissionais da área. Essa secretaria também assessora tecnicamente o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Os governos estaduais administram as Polícias Civil e Militar, além dos Corpos de Bombeiros Militares, responsáveis pela defesa civil. Essas instituições são subordinadas ao secretário de Segurança Pública de cada estado, nomeado pelo respectivo governador, e constituem os principais executores da segurança pública. Os governos municipais podem manter guardas municipais, que também integram o sistema de segurança pública. A atuação dos municípios é mais restrita, com foco em ações locais, como a segurança de prédios e bens públicos pela guarda munici-

pal e a cooperação com as forças estaduais e federais.

A Constituição Federal, norma máxima que rege a atuação estatal, descreve no artigo 144: *"A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio"*. Assim, cabe à União elaborar e implementar estratégias e metas, atuando, sobretudo, na coordenação e na inteligência. Os Estados e o Distrito Federal são os principais executores das ações de segurança, por meio das polícias Civil e Militar e da gestão do sistema prisional estadual. Já os municípios, embora não tenham recebido atribuições constitucionais específicas nessa área, devem colaborar por meio do planejamento urbano, da oferta de serviços públicos e de programas sociais e educacionais que desestimulem a violência.

As declarações desencontradas de autoridades nos dias que sucederam o massacre ocorrido no Rio de Janeiro evidenciam a falta de coordenação entre as polícias do estado e o governo federal. O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, do Partido Liberal (PL), admitiu que não solicitou ajuda ao governo federal

para a operação, alegando que já havia tido três pedidos recusados para o uso de veículos blindados das Forças Armadas. No entanto, os pedidos anteriores eram de natureza logística, e não operacional.

O governo federal apresentou, em abril de 2025, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2025, com o objetivo de reformular a gestão da segurança pública no Brasil. A iniciativa propõe a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado em 2018 pela Lei nº 13.675. O objetivo é reforçar a atuação federal na segurança, ampliando o papel da União na formulação de políticas nacionais e no combate ao crime organizado. A proposta sugere mudanças significativas na estrutura da segurança pública brasileira, redefinindo as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados e, até o dia 28 de outubro, permanecia sem tramitação ou discussão. Um tema de tal relevância e urgência, que deveria ser prioridade nacional, acabou engavetado pela politicagem de um Congresso que, muitas vezes, privilegia os próprios interesses em detrimento de interesses da população.

Atualmente, cada estado conduz a segurança pública de maneira independente, o que dificulta o enfrentamento de crimes que ultrapassam as unidades federativas e até mesmo as fronteiras internacionais. A PEC visa estruturar uma política nacional que garanta um mínimo de padronização nas ações. Na prática, ela concede mais poderes à União e também aos municípios, uma vez que as guardas municipais, hoje restritas à proteção de bens e instalações, passariam a ter autorização para realizar policiamento ostensivo e comunitário. Essas corporações estariam sujeitas a controle interno, por meio de ouvidorias, e externo, pelo Ministério Público.

A proposta precisa do apoio de pelo menos 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos de votação em cada Casa, para ser aprovada. Em seguida, o texto seria promulgado pelo Congresso Nacional e entraria em vigor, sem necessidade de sanção presidencial. Vale destacar que Cláudio Castro foi um dos governadores críticos à proposta, alegando a defesa da autonomia dos estados.

De modo geral, a população desconhece a responsabilidade de cada instituição pública. Uma pesquisa realizada pelo Instituto da

Democracia, em 2024, divulgado pela Jovem Pan, mídia extrema-direitista, perguntou quem seria responsável pela segurança das pessoas: 27% dos entrevistados apontaram o governo federal, 24% indicaram o governo estadual, 16% atribuíram a responsabilidade aos municípios, 12% acreditavam que cada indivíduo deveria cuidar de si, 6% citaram empresas privadas e outros 6% responderam que todos são responsáveis. Os resultados demonstram que a população desconhece as responsabilidades institucionais da segurança pública no Brasil.

Sem a pretensão de esgotar o debate sobre a segurança pública no Brasil e sem completar a explicação sobre o complexo Sistema de Segurança Pública Nacional (tanto que diversas polícias existentes não foram aqui citadas), este artigo buscou apenas evidenciar que o principal ente federativo responsável pelo setor são os Estados (e o Distrito Federal), seguido pela União e, por último, pelos municípios. Você conhecia essa divisão? Sabia o que a Constituição de 1988 estabelece sobre o tema? Já tinha ouvido falar da PEC do SUSP? Compartilhe sua opinião nos comentários.

Referências

BRASIL, **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica. Acesso em: 01 nov. 2025.

G1. **Secretário de Segurança do RJ diz que "confusão" foi sobre o tipo de ajuda federal:** Defesa negou blindados; cooperação com PF já existia. Portal G1 - São Paulo. 29 out. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/10/29/entrevista-secretario-seguranca-publica-rj-estudio-i.ghtml. Acesso em: 01 nov. 2025.

JOVEM PAN NEWS. **Quem é responsável pela segurança das pessoas?** Pesquisa indica opinião popular. 17 jul. 2024. Disponível em: https://www.facebook.com/jovempannews/videos/985310049752364/. Acesso em: 01 nov. 2025.

MACEDO, Jorge. **PEC da Segurança Pública:** o que muda e por que causa polêmica? Agência Senado. 25 abr. 2025. Disponível

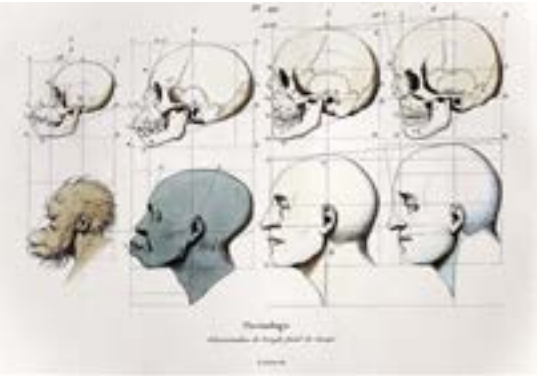
em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/04/pec-da-seguranca-publica-o-que-muda-e-por-que-causa-polemica#:~:text=Fortalecimento%20das%20atribui%C3%A7%C3%B5es%20da%20Uni%C3%A3o,seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica%20e%20sistema%20penitenci%C3%A1rio. Acesso em: 01 nov. 2025.

NOGUEIRA, Ney. **De quem é a responsabilidade pela Segurança Pública no Brasil?** JusBrasil. 08 fev. 2016. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/de-quem-e-a-responsabilidade-pela-seguranca-publica-no-brasil/304094308. Acesso em: 01 nov. 2025.

Capítulo 15
Existem raças humanas?[15]

20 de novembro de 2025

Categoria: *Ciência.*



A ideia de que a espécie humana é dividida em raças é baseada nas diferenças físicas/visíveis entre as mais diversas populações, como por exemplo, a cor dos olhos, traços do rosto, tamanho dos braços e pernas e cor da pele. Todas essas características são determinadas por

[15] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Existem raças humanas?** Portal Soteroprosa. 20 nov. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/existem-ra%C3%A7as-humanas. Acesso em: 17 dez. 2025.

informações genéticas presentes no genoma de cada indivíduo, que interagem com o ambiente e expressam fenótipos diferentes.

Desde o século XVI, cientistas europeus se debruçam em estudos raciais para tentar categorizar e hierarquizar as raças humanas. O médico francês François Bernier (1625-1688) foi o primeiro pensador a dividir seres humanos em quatro ou cinco espécies de raças.

O sueco Carl Von Linné (1701-1778), em 1758, foi o primeiro a propor uma classificação propriamente dita da espécie humana em raças, dividindo-a em seis tipos de acordo com a geografia continental e com um esquema de cores.

O naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832) fez diversas pesquisas sobre anatomia comparada dos animais e publicou as bases de um sistema de classificação animal. Ele defendia que existiam três raças humanas: branca, amarela e negra.

O francês Georges-Louis Leclerc (1707-1778), conhecido como conde de Buffon, acreditava que as raças humanas surgiram por degeneração ocasionada por fatores ambientais/climáticos, má alimentação e costumes diversos. Para ele, a degeneração poderia ser revertida, caso houvesse um controle dos fato-

res degeneracionistas, levando todas as raças a serem caucasianas. A raça original e superior, portanto, era branca. Os brancos da Europa setentrional eram o ápice da hierarquia das raças.

Já o holandês Petrus Camper (1722-1789) foi o precursor da antropometria, ele mediu o ângulo facial em símios (macacos), negros, chineses e brancos e elaborou uma escala que ia do mínimo ao máximo de curvatura. O ângulo era formado por duas linhas, uma horizontal da narina até a orelha e a outra perpendicular da parte avançada do maxilar superior até a parte mais proeminente da testa (veja na imagem).

O alemão monogenista Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) propôs uma classificação racial humana, baseada nos princípios de Linné, em cinco principais raças humanas distribuídas em todos os continentes: caucasóide, mongolóide, etiópica, americana e malaia.

Em resumo, teóricos da raça ao longo dos séculos XVIII e XIX consideraram entre três e mais de 30 raças humanas com base em características raciais como cor da pele e dos olhos, aspecto do cabelo, formato do nariz, lábios e cabeça. Todo esse histórico fez com que o século XIX, período de grande efervescência na ciência, despontasse como um período em que

os intelectuais debruçaram-se com afinco para diferenciar os tipos humanos a partir de uma perspectiva biológica.

Diversas outras ciências e teorias foram sendo desenvolvidas e desdobradas ao longo dos anos para tentar explicar uma possível hierarquia entre as raças humanas, cada uma com seus fundadores/defensores, geralmente, cientistas respeitados no meio intelectual, como, por exemplo: Frenologia defendida por Franz Joseph Gall (1758-1828) na França; Antropologia Criminal liderada por Cesare Lombroso (1835-1909) na Itália e Eugenia idealizada por Francis Galton (1822-1911) na Inglaterra.

A separação e categorização de raças levou à criação das raças consideradas inferiores, porque representavam um estágio anterior a evolução biológica ou da evolução sócio-cultural, ou então de ambas, ou seja, existia toda uma hierarquização da evolução das raças, com o branco europeu no topo dessa cadeia evolutiva. Para a intelectualidade da época, a inferioridade era comprovada, pois a raça superior era dotada de tecnologia mais avançada, era militarmente mais poderosa, mais rica, e claro, portanto, mais bem sucedida nos caminhos da humanidade.

Os geneticistas da atualidade não reconhecem qualquer caráter científico para o conceito de raça biológica humana. Tanto a Genética clássica quanto o Projeto Genoma Humano não reconhecem especulação sobre a distinção dos seres humanos em categorias biologicamente fundamentadas. Entretanto, a ideia de raça permanece ativa na atmosfera intelectual o que acontece em virtude de discussões e formas histórico-sociais de desigualdade e discriminação, tendo, como elemento de referência, os aspectos da Biologia e Saúde humanas.

Nesse sentido, a raça não é um dado biológico, mas sim construtos sociais, formas de identidade baseadas em uma ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Assim, a raça deixou de ser um conceito biológico e passou a ter um caráter sociológico, como ainda permanece na contemporaneidade.

Ideais estimulados pelo racismo científico, superioridade racial e degeneracionismo oriundos dessas novas ciências e teorias chegaram ao Brasil por intermédio de filhos da elite nacional que voltavam de estudos na Europa e por expedições científicas ao longo

do século XIX. Desse modo, medidas e políticas foram sendo implementadas por meio da subjetivação da população, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XX, como a Eugenia, a Higiene, o Sanitarismo, o Darwinismo Social e o branqueamento da população. Os teóricos da raça no Brasil foram influenciados pelas novidades que chegavam do exterior e, a partir disso, refletiram, problematizaram e publicaram suas análises exaustivamente, influenciando intelectuais e o meio político, mas esse é assunto para um outro texto.

Você tinha conhecimento desse processo de amadurecimento do conceito de raça pela intelectualidade europeia? Consegue perceber como essa ótica europeia colonial ainda se faz presente na sociedade? Sabia que o século XIX foi o principal período de disseminação para o racismo científico, precursor do racismo estrutural da nossa sociedade? Consegue perceber que a raça foi pensada inicialmente como conceito biológico e hoje é percebida como um conceito sociológico? Deixe suas impressões nos comentários.

Referências

DIWAN, Pietra. **Raça pura:** uma história da Eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 158 p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999. 256 p.

MACEDO, Cristian Cláudio Quinteiro. **A influência da Frenologia no Instituto Histórico de Paris:** raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848). Revista humanidades em diálogo, v. 7, n -, p. 127-145, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993. 373 p.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. "**Branco com branco, preto com preto":** contribuições da educação eugênica para a branquitude no Brasil (1909-1945). 2025. 329 f. Tese (doutorado) - Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025.

Capítulo 16
Feminicídio e misoginia são epidemias no Brasil! Até quando?[16]

04 de dezembro de 2025

Categoria: *Política, Sociedade.*

Uma epidemia pode ser definida como a concentração de casos de uma mesma doença em determinado local e época, claramente em excesso ao que seria teoricamente esperado. Dessa forma, podemos entender que uma epidemia é, na realidade, uma etapa na evolução de uma doença específica na coletividade. O feminicídio e a misoginia têm sido uma grave doença para o Brasil.

Nos últimos dias, vivenciamos alguns casos de feminicídio e misoginia sendo escancarados nas redes sociais e na mídia. Em menos de 72 horas, ocorreram ao menos seis casos brutais. No Rio de Janeiro, um homem matou duas colegas de trabalho a tiros no CEFET-RJ por não aceitar ser subordinado a mulheres, e

[16] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Feminicídio e misoginia são epidemias no Brasil! Até quando?** Portal Soteroprosa. 04 dez. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/feminic%C3%ADdio-e-misoginia-s%C3%A3o-epidemias-no-brasil-at%C3%A9-quando. Acesso em: 17 dez. 2025.

depois tirou sua própria vida. Em Recife, um homem tirou a vida de uma mulher grávida e matou quatro filhos ao atear fogo na casa. Em São Paulo, um homem atropelou e arrastou sua ex-namorada por um quilômetro. A vítima teve as duas pernas amputadas em decorrência dos ferimentos, e o agressor foi preso. Outro homem entrou em uma pastelaria e disparou seis tiros contra sua ex-namorada; até o fechamento deste artigo, o criminoso estava foragido. No Ceará, um homem esfaqueou e matou sua ex. Em Goiás, um homem executou a ex a tiros depois que ela pediu uma medida protetiva.

Todos esses casos têm em comum a violência e misoginia contra as mulheres, seguidas de feminicídio em alguns deles. A misoginia pode ser definida como ódio, desprezo, preconceito ou aversão contra as mulheres. Essa postura pode se manifestar por meio de violência física, moral, psicológica ou sexual, bem como através de discriminação, objetificação ou depreciação das mulheres pelo simples fato de serem mulheres. O ápice da atitude misógina é o feminicídio. A doutora Simone Schwinn definiu feminicídio no *Dicionário racial: termos afro-brasileiros e afins – volume 2* como "o assassinato da mulher por ser mulher". Ela

completa que "o feminicídio pode ser considerado como a última etapa de uma sequência de comportamentos violentos e que levam à morte" e aponta ainda que "o número de mulheres vítimas de crimes brutais em razão de seu gênero, é uma realidade causada por ódio, desprezo, ou sentimento de perda de controle e propriedade sobre as mulheres, comum em sociedades machistas e patriarcais, onde imperam estereótipos de gênero".

Apenas em 2024, conforme dados do Mapa da Segurança Pública, foram 1459 mulheres assassinadas, o que equivale a 4 mulheres por dia. São histórias interrompidas. Cada uma que morre não pode ser reduzida a um número nas estatísticas. Em cada feminicídio existe uma mulher que tinha sua vida, seus sentimentos, seus familiares, suas dores e amores. Eram vidas que não voltarão. A sociedade brasileira precisa de mudanças que provoquem uma revolução que ultrapasse o âmbito legislativo e transforme a estrutura machista e masculinidade tóxica do país. Enquanto houver, por exemplo, homens que se sentem ofendidos e têm sua masculinidade "abalada" por usarem a cor rosa, o machismo continuará sendo alimentado e seguirá forte em nossa sociedade, para citar ape-

nas um exemplo (na mesma semana, o técnico de futebol Abel Braga declarou que seu time não usaria rosa pois não são veados – e quem disse que todo homem que usa rosa é veado? E quem disse que todo veado usa rosa? Esse é assunto para outro texto).

São necessárias mudanças na mentalidade da nação e isso também se faz com subjetividade. Daí a importância de respeitar quando alguém utiliza todos, todas e todes em um discurso, afinal a língua é viva! O homem, acostumado a ser normalizado em uma língua que o privilegia em detrimento das mulheres, não quer perder seus privilégios simbólicos e materiais, e a forma mais fácil para ele é recorrer à violência. A linguagem pode ser uma ferramenta poderosa para colocarmos a boca no trombone. É importante nomear corretamente cada fenômeno. Feminicídio, racismo e homofobia são fenômenos que precisam ser chamados pelo nome, e não apenas descritos como crimes de ódio ou crimes passionais. No caso em questão, o ódio e a violência contra as mulheres, enraizados em nossa sociedade, não podem continuar sendo amenizados ou silenciados. Feminicídio e misoginia: esses são os termos!

O *Mapa Nacional da Violência de Gênero* mostra que a curva segue subindo em 2025. Quando analisamos o recorte racial, os números expõem de forma brutal o que já sabemos: quase 70% das vítimas são mulheres pretas e pardas. Os dados mostram que 43% das agressões sem morte cometidas com arma de fogo dentro de casa foram praticadas por pessoas próximas da vítima: amigos, conhecidos, familiares e, na maioria das vezes (8 em cada 10 casos), companheiros ou ex-companheiros.

A violência contra a mulher não é novidade. Fazendo um comparativo com a epidemiologia, a violência contra a mulher figurava como uma endemia, condição na qual uma determinada doença está sempre presente em uma população e área, com casos que aumentam ou diminuem, mas nunca desaparecem. Com o advento das redes sociais e a facilidade de filmar tudo a qualquer momento, os casos têm viralizado e vindo à tona com mais facilidade, mostrando a covardia de homens que choram ao serem presos ou que tiram a própria vida após cometerem feminicídios, mas que, com uma arma na mão, não pensaram nas consequências.

Vale ressaltar que os índices de violência contra a mulher têm relação com o aumento de

discursos misóginos e machistas, como grupos nas redes sociais em que a masculinidade tóxica reina e busca sedimentar valores discriminatórios e de desvalorização das mulheres. A violência de gênero está associada a índices de desigualdade entre homens e mulheres e, nesse aspecto, a sociedade tem avançado muito pouco nos últimos anos.

O Estado tem falhado nos locais onde essa mulher não consegue buscar ajuda, em territórios sem rede de enfrentamento e socorro, não apenas por falta de delegacias especializadas, mas também pela ausência de políticas de abrigamento sigiloso em situações extremas de risco, além do uso de tecnologias de monitoramento de medidas protetivas, como as tornozeleiras eletrônicas, que poderiam garantir o cumprimento e a eficácia dessas medidas. O Estado também falha ao não promover campanhas educativas, sobretudo com crianças e adolescentes, para evitar que novos machistas sejam formados nas escolas de todo o país.

O Estado segue falhando, os homens "de bem" seguem matando, as mulheres seguem morrendo! Basta! Chega dessas epidemias, dessas doenças que consomem nosso país e nossas mulheres. Queremos nossas mulheres vivas e

reinando, produzindo, maternando, vivendo! O que precisa mudar estruturalmente na sociedade brasileira para que os índices de feminicídio deixem de ser naturalizados? De que maneira a educação básica pode atuar na desconstrução do machismo e da misoginia desde a infância? Como o uso correto da linguagem e a nomeação dos fenômenos de violência contribuem para o enfrentamento do feminicídio? Qual é a responsabilidade individual dos homens na desconstrução da masculinidade tóxica que alimenta a violência de gênero? O que você acredita que o Estado deveria fazer imediatamente para evitar mais mortes de mulheres no Brasil?

Referências

GHAOURI, Oussama El. **No Brasil, quase 70% das mulheres assassinadas com arma de fogo são negras**. Rádio Agência, Empresa Brasileira de Comunicação – EBC. 12 mar. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2024-03/no-brasil-quase-70-mulheres-assassinadas--com=-arma-de-fogo-sao-negras#:~:textSeguran%C3%A7a-No%20Brasil%2C%20

quase%2070%25%20mulheres%20assassinadas%20com,arma%20de%20fogo%20s%C3%A3o%20negras&text=Quase%2070%25%20das%20mulheres%20assassinadas,Sa%C3%BAde%20de%202012%20a%202022. Acesso em: 15 jan. 2025.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Epidemiologia:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SCHWINN, Simone Andrea. Feminício. *In*: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Dicionário racial:** termos afro-brasileiros e afins. v. 2. São Paulo: Dialética, 2025. p. 113-118.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Dicionário racial:** termos afro-brasileiros e afins. v. 2. São Paulo: Dialética, 2025.

Capítulo 17
Arte em foco: um jantar brasileiro[17]

18 de dezembro de 2025

Categoria: *História.*

Um Jantar Brasileiro é uma obra de arte pintada em aquarela sobre papel pelo francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) em 1827. Possui o tamanho de 15,9 x 21,9cm e atualmente se encontra no Museu Castro Maya no Rio de

[17] SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de; GAMA, Jacqueline. **Arte em foco:** um jantar brasileiro. Portal Soteroprosa. 18 dez. 2025. Disponível em: https://www.soteroprosa.com/single-post/arte--em-foco-um-jantar-brasileiro. Acesso em: 18 dez. 2025.

Janeiro/RJ, também conhecido como Museu da Chácara do Céu, onde também estão centenas de trabalhos do artista plástico.

Debret visitou e morou no Rio de Janeiro de 1816 a 1831 e atuou como artista do Brasil Joanino e do Primeiro Reinado. Ele já era reconhecido e premiado na Europa, foi contratado pela Coroa portuguesa e, juntamente com outros artistas, deu origem à Missão Artística Francesa no Brasil. Um dos objetivos desses artistas era fundar a Escola Real de Artes e Ofícios.

Entretanto, como o contexto político estava conturbado, com a morte de D. Maria I (1816), revoluções em Pernambuco (1817), Bahia (1821/1823), Pará (1821), entre outras, além da instabilidade na Europa, o projeto foi sendo adiado, e somente em 1826 foi fundada a Academia Imperial de Belas Artes. Nesse intervalo, os artistas franceses desenvolveram outros trabalhos para a Corte portuguesa. Debret, por exemplo, pintou diversos quadros de Dom João VI e, posteriormente, de Dom Pedro I, além de obras com outras temáticas. Ele atuou como professor nessa instituição até 1831, ano de seu regresso à Europa.

Seu livro intitulado *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (Viagem pitoresca e histó-

rica ao Brasil), publicado em Paris entre 1834 e 1839, foi "o mais famoso de todos os livros ilustrados por estrangeiros a respeito do Brasil" (Bandeira; Lago, 2020, p. 55). Foram oito anos de trabalho até a publicação da obra, que contou com centenas de imagens representativas do país. A litografia do jantar faz parte do segundo tomo e é enumerada como prancha sete. Esse volume do diário de viagem deteve-se especialmente na temática dos negros, em particular daqueles em condição de escravizados. Debret retratou suas vivências na rua, na casa-grande e em outros espaços de trabalho. Inclusive, ele os classifica como Industries, ou seja, "trabalhadores", confirmando que sustentavam a mão de obra do país.

Um Jantar Brasileiro representa uma típica refeição brasileira sob o olhar de Debret, que, em sua passagem pelo Brasil, produziu diversas obras de arte representativas do cotidiano da maior colônia portuguesa, entre elas quadros a óleo, aquarelas, esboços a lápis, tinta ou aquarela e gravuras em litografia. Apesar de ser denominada jantar, possivelmente a refeição retratada corresponde ao que hoje chamamos de almoço. Naquele período, as refeições possuíam denominações distintas das atuais.

Bandeira e Lago (2020) relatam que, no entendimento de Debret, era costume no Brasil, durante o jantar, que o marido se ocupasse silenciosamente de seus interesses, como comer, enquanto a mulher se distraía com seus negrinhos, como se fossem cães de estimação. Filhos de escravizados, eles desempenhavam essa função até os cinco ou seis anos, quando então eram destinados aos serviços típicos da escravidão. Debret deu atenção especial às três principais classes presentes no Império, os negros, os indígenas e os colonizadores portugueses, bem como aos costumes sociais no Rio de Janeiro, então capital imperial. É por meio desses registros e de outras missões semelhantes que a historiografia obteve e ainda obtém riquíssimas fontes para o entendimento do Brasil daquele período.

Na descrição da prancha, presente no diário, Debret, ao abordar o almoço como um momento sagrado de relaxamento, já que os negociantes, referindo-se aos senhores, repousavam e ficavam à vontade em relação aos trajes, menciona o clima quente como forma de rebaixar o brasileiro. Isso ocorre por meio do descuido com a roupa e do sono após o almoço, momento em que tiravam uma soneca, a sesta.

O texto enfatiza o preconceito do estrangeiro, que se estende até a contemporaneidade. Essa justificativa foi utilizada em correntes positivistas e racistas, especialmente no darwinismo social do século XIX, para legitimar violências e opressões cometidas em contextos de colonização violenta. Além disso, a forma como Debret constrói essa narrativa demonstra certo deboche em relação aos brasileiros, inclusive aqueles que ocupavam posições de poder, como se todo o contexto social fosse uma imitação europeia atrasada e brega.

Ainda na descrição da prancha, Debret animaliza os escravizados. Ao aproximar as crianças dos cachorros, demonstra uma atitude violenta e racista, ao mesmo tempo em que aparenta compaixão em relação a elas. Essa ambiguidade reforça a dualidade presente em seus textos e pranchas, como se, simultaneamente, os escravizados fossem trabalhadores, porém medíocres e tiranos, enquanto os senhores seriam bregas, preguiçosos e humildes, eximindo-os de qualquer culpa pela violência praticada. Ele chega a utilizar o termo "mimado" para se referir às crianças escravizadas.

O que, para ele, seria uma criança escravizada mimada? Ao que aparenta, seriam aquelas

que recebiam algum tipo de afeto ao ganhar doces, ressaltado pela expressão "mãos carinhosas de suas donas" (Debret, 2008 [1834], p. 148), como se o uso dessas crianças para entretenimento e prazer criasse ou comprovasse algum tipo de relação afetiva. Essa ideia se desfaz quando elas perdem precocemente qualquer possibilidade de infância e são destinadas ao trabalho pesado.

Debret enfatiza a "revolta" das crianças ao roubar frutas do jardim, sugerindo ao leitor que eram bem alimentadas fora da casa-grande, tratando o ato como mera birra. Reforça essa ideia ao empregar o termo "gulodice", como se não fosse natural que crianças gostassem de doces. Se os adultos o faziam, como representado na imagem e na descrição da prancha, imagine indivíduos que ainda não haviam desenvolvido discernimento sobre si e sobre o mundo, privados desde cedo de pequenos prazeres e submetidos a múltiplas violências.

Nesse mesmo momento da descrição, Debret utiliza o verbo "domar" para referir-se à necessidade de educá-las. O termo, de cunho racista e geralmente aplicado a animais, aparece três vezes na descrição da prancha. A questão da gulodice também se desfaz pela própria

representação visual. Embora as crianças apareçam mais robustas, possivelmente de forma proposital em consonância com a descrição, os homens e mulheres escravizados são representados como magros ou musculosos, diferentemente dos brancos da casa-grande ou da rua, que surgem majoritariamente corpulentos nas gravuras do artista francês.

Debret prossegue descrevendo a alimentação da casa-grande, marcada pela fartura, desde a variedade de verduras, temperos e carnes, até os ingredientes do cozido, como o escaldado de mandioca com camarão ou carne. Além disso, menciona galinha com arroz, pimenta, salada crua com cebola e azeitonas escuras, hábito adquirido dos portugueses, mas que para ele era detestável.

Debret não esconde o nojo que sente pela comida ao afirmar que o cheiro do tempero é "muito forte" e "dá-lhe um gosto marcado bastante desagradável para quem não está acostumado" (Debret, 2008 [1834], p. 149). Ele classifica a comida como excessivamente apimentada e rançosa. Mais uma vez, evidencia-se o desdém em relação aos portugueses e aos senhores, mesmo diante da riqueza e do luxo. A barreira cultural torna-se explícita na descrição.

O gravurista francês comenta ainda o hábito de consumir laranjas após as refeições para amenizar a pimenta e acalmar o paladar, o que para ele não passava de um "luxo habitual" (Debret, 2008 [1834], p. 149), associado a "paladares estragados" (Debret, 2008 [1834], p. 149). Observa-se, assim, o estranhamento do paladar do viajante. Para beber, mencionam-se vinhos do Porto ou da Madeira, também importados.

Além disso, havia sobre a mesa uma variedade de frutas e queijos, como o minas, além de holandeses e ingleses, estes últimos importados da Europa, prática considerada recente pelo viajante. Debret comenta a necessidade de luxo dessa elite portuguesa ou descendente dela, que engendrou uma cultura de importação mediada por comerciantes ou viajantes alemães e ingleses. Esses signos permeavam a comida, os sapatos e até o "tipo" de escravizado, funcionando como afirmações de ostentação e poder. Ou seja, a cultura da casa-grande resiste até hoje no Brasil, visível na valorização de vinhos e perfumes importados, na presença da empregada doméstica e na exclusividade do consumo.

Os produtos importados continuam ocupando esse lugar de autoridade na cultura brasilei-

ra, tanto entre os ricos herdeiros quanto entre os novos ricos. O antropólogo Michel Alcoforado (2025), conhecido como "antropólogo do luxo", realizou um estudo sobre a cultura dos ricos que resultou no livro *Coisa de rico: a vida dos endinheirados brasileiros*. O aspecto interessante dessa análise contemporânea, que dialoga com as pranchas de Debret, é a existência de níveis de exclusividade dentro de uma mesma classe social, identificados a partir dos sistemas de exploração de cada época.

Em *Um Jantar Brasileiro*, Debret exime a culpa da Corte portuguesa e do sistema escravista. Além de descrever o almoço na casa-grande, ele também aborda a situação alimentar dos pequenos comerciantes, da senzala e dos moradores de rua, por vezes ironizando a pobreza e naturalizando o abismo social entre as classes. Assim, exalta seu olhar estrangeiro, que em diversos momentos se mostra preconceituoso diante de um Brasil em transformação, marcado por mudanças políticas e sociais.

Você já tinha visto alguma obra de Debret? Já conhecia essa imagem? Conseguiu imaginar algo a partir dessas informações? Qual foi a sua impressão ao ler sobre essa obra? Conta pra gente nos comentários.

Referências

ALCOFORADO, Michel. **Coisa de rico**. São Paulo: Todavia, 2025. 240 p.

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil:** obra completa. 6. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2020. 720 p.

DEBRET, Jean-Baptiste. Prancha 7: O jantar no Brasil. *In*: DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** Tradução e notas de Sérgio Millet. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2008. Coleção Reconquista do Brasil, 2ª Série, v. 239, 240 e 241. p. 148-151.

DEBRET, Jean-Baptiste. [**Um Jantar Brasileiro**]. Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 1827. Aquarela sobre papel, 15,9 x 21,9cm.

Capítulo 18
Qual é a sina de Ofélia?

26 de dezembro de 2025
Categoria: *Cultura e Arte, Comportamento, Contemporaneidade.*

Nos últimos dias de 2025, viralizou uma música feita por Inteligência Artificial (IA) pela Track B. Music, com as vozes de Luísa Sonza e Dilsinho, inspirada na música de Taylor Swift, *The Fate of Ophelia*. Mas você sabe quem é Ofélia? Já ouviu falar nela?

Ofélia é uma personagem da peça *Hamlet*, de Shakespeare (1564-1616), escrita e encenada pela primeira vez entre 1599 e 1602. Há quem diga que foi inspirada na história de Katherine Hamlet, uma jovem que se afogou em 1579, possivelmente após uma desilusão amorosa. Ofélia é uma jovem da corte dinamarquesa, uma mulher doce, educada, quieta, bela, recatada e do lar. Bem no estilo daquelas que aprendem cedo a agradar, a se comportar e a não incomodar. Ela se apaixona pelo príncipe Hamlet, um homem confuso, emocionalmente instável e cheio de conflitos internos. O relacionamento entre os dois foi conturbado: ora ele se aproximava, ora se afastava de Ofélia, que

tentava se adaptar ao amado, enquanto ele se mostrava ambíguo, frio e imprevisível.

Ao mesmo tempo, ela vivia sob o controle do pai, Polônio, conselheiro do rei da Dinamarca, e do irmão, Laertes, que proibiam o amor entre eles. Todos esses homens controlavam a vida de Ofélia. No desenrolar da história, Hamlet mata Polônio e depois se afasta novamente da amada. Ela perde o pai e o seu amor. Sem voz, sem chão, sem escolha, sem uma vida para chamar de sua, ela se recolhe e passa a cantar músicas por vezes desconexas e a distribuir flores pela cidade, tentando carregar um significado que ninguém quis ouvir ou ajudar a compreender. Em determinado momento, colhendo flores à beira do rio, ela cai na água e morre afogada. Até hoje, não se sabe se foi um acidente ou se ela desistiu da vida. Ela não morreu de amor; morreu de silêncio, de obediência, de solidão, de viver uma vida que mandaram que ela vivesse, de atender às expectativas dos outros em detrimento de suas próprias vontades. Aí está a sina de Ofélia: mulheres que se adaptam demais aos homens à sua volta, caladas, reclusas, sem voz e sem vez, até desaparecerem em si mesmas.

A personagem Ofélia traz atravessamentos contemporâneos, mostrando novos sentidos da arte conforme o tempo histórico. A música que viralizou ressignifica essa narrativa com um tom feminista, atuando como uma salvação da voz que canta a sina de Ofélia e oferecendo um novo caminho para a jovem. "Dizem por aí que você é fogo, você quer ver tudo queimar", "Eu vou ser sempre real, no céu, no mar", "Tô fechada com você, não vou voltar" e "A sina de Ofélia, guarda isso na minha mente, a chave é só da gente, não vou mais me afogar porque veio me salvar" são alguns trechos da música viral que se afastam do drama shakespeariano e se aproximam do público contemporâneo, trazendo uma linguagem das redes sociais, mais acessível e atual.

Ofélia pode ser interpretada não apenas como uma personagem literária, mas como um espelho das experiências modernas ligadas à saúde física e mental em relações afetivas desequilibradas e à ausência de autonomia. A música viral não é apenas entretenimento; pode ser considerada também um sinal de alerta para dores que persistem na atualidade. Toda Ofélia merece apoio. Nenhuma Ofélia deveria se afundar sozinha em si própria.

Ao revisitar Ofélia, podemos nos questionar se já evoluímos o suficiente para que histórias como a dela não se repitam nem na ficção nem na vida real. Quantas Ofélias você conhece? Quantas Ofélias ainda existem na atualidade? Quantas Ofélias ainda são privadas de decidir os rumos de suas próprias vidas? Quantas Ofélias você já ajudou a enxergar uma luz no fim do túnel e uma possibilidade de mudança? Quantas Ofélias adoecem hoje não por falta de amor, mas por excesso de controle?

Quantas vezes você já silenciou uma Ofélia sem perceber, tratando o sofrimento dela como exagero, drama ou fraqueza? Em que momentos da nossa sociedade ainda se espera que mulheres sejam dóceis, obedientes e silenciosas para serem aceitas? Até que ponto relações afetivas desequilibradas continuam sendo romantizadas em nome do amor? Quantas mulheres hoje ainda vivem para atender expectativas que não são suas? Conta nos comentários e vamos dialogar sobre o tema.

Existe ainda outro debate sobre os direitos autorais da música, já que ela foi inspirada em uma canção de Taylor Swift, que não autorizou o uso, assim como Luísa Sonza e Dilsinho também não autorizaram o uso de suas vozes. Que

a música ficou ótima é consenso, mas a quem pertencem os direitos autorais? Esse é um grande exemplo da necessidade de regulamentação das Inteligências Artificiais, mas essa é uma história para outro momento. O destino da música ainda é incerto, mas o que temos certeza é que, na era da Inteligência Artificial, sobreviver pode depender menos de uma tragédia ao estilo de Shakespeare e mais de uma notificação judicial para retirar a música das plataformas.

Referências

PINOTTI, Fernanda. **Quem é Ofélia, personagem da literatura que inspirou música de Taylor Swift**. CNN Brasil POP. 03 out. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/quem-e-ofelia-personagem-da-literatura-que-inspirou-musica-de-taylor-swift/. Acesso em: 25 dez. 2025.

POSS, Karoline. **Entenda o significado de "A Sina de Ofélia", o viral de Taylor Swift no ritmo do pagode**. Portal Letras. 25 dez. 2025. Disponível em: https://www.letras.mus.br/blog/a-sina-de-ofelia-significado/. Acesso em: 25 dez. 2025.

VITORIO, Thamires. **“Sina de Ofélia”:** Taylor Swift pode derrubar música feita por IA? Exame. 24 dez. 2025. Disponível em: https://exame.com/pop/sina-de-ofelia-taylor-swift-pode-derrubar-musica-feita-por-ia/. Acesso em: 25 dez. 2025.

Considerações finais

Ao longo deste livro, com textos originais publicados no Portal Soteroprosa, busquei construir um percurso crítico que articula história, cultura, política, educação e arte como dimensões inseparáveis da experiência social brasileira. Os textos aqui reunidos, ainda que produzidos em momentos distintos e motivados por acontecimentos específicos que afloraram na sociedade, dialogam entre si ao revelar permanências estruturais que atravessam o tempo e se atualizam sob novas formas. Racismo, autoritarismo, desigualdade social, violências de Estado e disputas simbólicas não surgem como fenômenos isolados, mas como expressões de um mesmo projeto histórico que insiste em se reproduzir em prol dos mais ricos e da elite branca em detrimento aos pobres e a massa preta e parda da população.

A análise da cultura, seja na música, na literatura, na arte visual ou na mídia, evidencia que o campo simbólico é também um espaço de poder. Obras e manifestações culturais não apenas refletem a sociedade, mas ajudam a naturalizar hierarquias, silenciar conflitos ou, em

sentido oposto, produzir fissuras críticas. Ao revisitar produções artísticas e discursos contemporâneos, os ensaios demonstram como o racismo e outras formas de opressão operam tanto pela violência explícita quanto pela banalização cotidiana.

A educação aparece como eixo transversal das reflexões, ora como instrumento historicamente apropriado por projetos de controle e exclusão, ora como possibilidade concreta de emancipação e ruptura. Os textos reforçam que não há neutralidade nos processos educativos e que disputar narrativas, conceitos e memórias é uma tarefa política central para qualquer sociedade que se pretenda democrática. Nesse sentido, a crítica às heranças eugenistas, às falsas ideias de progresso e às noções biologizantes de raça, revela como o passado continua a informar práticas e discursos no presente.

Os ensaios também se inserem no debate contemporâneo ao enfrentar temas urgentes como o genocídio da população negra, a necropolítica, o avanço de discursos conservadores, a misoginia, o feminicídio e o autoritarismo político. Ao contextualizar esses fenômenos historicamente, o livro recusa explicações simplistas e evidencia que tais violências não são desvios

ocasionais, mas resultados de escolhas políticas e estruturas sociais profundamente enraizadas.

Por fim, este conjunto de textos não pretende oferecer respostas definitivas, mas provocar inquietações e reflexões. A escrita assume o compromisso de tensionar certezas, desnaturalizar privilégios e convocar o leitor à reflexão crítica sobre o Brasil que herdamos e aquele que seguimos produzindo cotidianamente. Se há um fio condutor que atravessa esta obra, ele reside na compreensão de que compreender o passado, interrogar o presente e disputar o futuro são tarefas indissociáveis. Pensar criticamente é, portanto, um gesto de resistência e também de responsabilidade coletiva.

Manuel Sousa Junior
Doutor em Educação pela UNISC e mestre em Bioenergia, o autor é graduado em Ciências Biológicas, História e Segurança do Trabalho, possui MBA em História da Arte, especialização em Confluências africanas e afro-brasileiras e em Análises Clínicas. É professor do IFBA *campus* Lauro de Freitas/BA. Autor e organizador de 30 livros. Membro do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação CNPq/UNISC, do Observatório de Educação e Biopolítica - Oebio/UNISC e da Academia de Cultura da Bahia. Colunista do Portal Soteroprosa.
E-mail: manueljunior@ifba.edu.br
Orcid: 0000-0001-8059-9962.
Instagram: @debateracialpolitico